

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO – UEMA
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS – CCT
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO – CAU
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO – DAU

MANOEL FERNANDO MONIZ FILHO

**AUTOCONSTRUÇÃO: A MORADIA DE DESCENDENTES DE
QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA - MA**

São Luís – MA

2018

MANOEL FERNANDO MONIZ FILHO

**AUTOCONSTRUÇÃO: A MORADIA DE DESCENDENTES DE
QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA - MA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Frederico Lago
Burnett

São Luís – MA

2018

Moniz Filho, Manoel Fernando.

Autoconstrução: a moradia de descendentes de quilombolas na microrregião de Chapadinha - MA. / Manoel Fernando Moniz Filho. - São Luís, 2018.

118 f.

Orientador (a): Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett.

Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual do Maranhão, 2018.

1. Autoconstrução. 2. Quilombolas. 3. Chapadinha - Maranhão. I. Título.
CDU: 711.4(812.1)

MANOEL FERNANDO MONIZ FILHO

**AUTOCONSTRUÇÃO: A MORADIA DE DESCENDENTES DE
QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA - MA**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Estadual do Maranhão – UEMA,
como requisito para obtenção do título de
Bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Prof. Dr. Carlos Frederico Lago Burnett

Orientador

Prof. Pós-Dra. Ingrid Gomes Braga

Examinadora

Andreia Jane Leandro Camara

Examinadora externa

São Luís – MA

2018

Dedico este trabalho aos povoados visitados, a todos aqueles que de alguma forma estiveram e estão próximos a mim, fazendo esta vida valer cada vez mais a pena, especialmente à minha família, pelo carinho, paciência e compreensão.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe Eliza Amélia, exemplo de superação e de mulher, pelo amor incondicional, incentivo e amizade dos quais não seria possível a minha formação acadêmica e mais importante por me ensinar a agradecer à vida por tudo aquilo que ela coloca em meu caminho e seguir em frente.

Ao meu pai Manoel Fernando Moniz, pelo carinho, compreensão e por me ensinar a ser uma pessoa melhor.

Aos meus irmãos Ana Rosa e José David, que sempre estiveram ao meu lado, obrigado pela compreensão, auxílio, amor e amizade essenciais na minha jornada.

À minha namorada Naizy Carvalho, pelo amor, companheirismo, paciência e compreensão, mas acima de tudo pelo sorriso que me motivou a entender meus objetivos e seguir adiante.

Ao meu orientador Carlos Frederico Lago Burnett, pelos ensinamentos e dedicação indispensáveis, exemplo de pesquisador, profissional e de pessoa que tive a sorte de ter como professor.

Ao meu amigo Luís Marcos, pelo apoio moral e incentivador, pelos auxílios em momentos de angústia e ansiedade, irmão e companheiro de trabalhos acadêmicos, presente da universidade para a vida.

Aos meus amigos Daniel Dionísio e Francisco Coelho, pelo amor, presença, auxílio e energia que proporcionam à minha vida há mais de 10 anos, sem os quais o incentivo e compreensão não conseguiria concluir esta etapa.

Aos meus amigos e companheiros de faculdade Amanda Nascimento, Kelson Kayan, Lorena Gaspar, Samayra Costa, Lucas Nogueira, Roseane Caldas e Luana Barbosa e aos demais colegas e amigos de turma, pelo companheirismo, puxões de orelha, risadas, brincadeiras e acima de tudo

amizade e compreensão, a minha trajetória não teria sido possível sem vocês, tenho certeza da competência e profissionalismo de cada um.

A Nubiane Vieira, pela confiança, carinho, auxílio, paciência e amizade, exemplo de pessoa que tive a oportunidade de conhecer e trabalhar.

Ao grupo de pesquisa LATESE, pelo crescimento profissional e pessoal, por mostrar a importância da iniciação científica e trabalhos de campo, dos quais não seria possível a conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os professores por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional, por tanto que só dedicaram a mim, não somente por terem me ensinado, mas por terem me feito aprender.

A faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UEMA), sua direção, na pessoa da professora Marluce Wall, administração e secretaria, José Carlos, Dulce, Keila e Lourdinha, e departamento, professora Ingrid Braga, que oportunizaram a janela que hoje vislumbro e por mostrarem confiança no mérito e competência ética e moral do ensino.

Aos moradores dos povoados visitados durante o trabalho de campo da pesquisa de iniciação científica que se prontificaram a nos receber em suas casas e comunidades, fundamental para a realização deste trabalho.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

“Casa com vida é aquela em que a gente entra e se sente bem-vindo, a que está sempre pronta pros amigos, filhos, netos, pros vizinhos [...] é aquela que a gente arruma pra ficar com a cara da gente [...], mas de um jeito que lhe sobre tempo pra viver nela e reconhecer nela o seu lugar.”

- Carlos Drummond de Andrade

RESUMO

Em todo o Brasil são mais de 2.890 comunidades descendentes de quilombolas, 680 localizadas em território maranhense, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (2017), a maioria inseridas no espaço rural, que no Maranhão possui mais de 2 milhões de habitantes, cerca de 36% da população do estado, o maior percentual de população rural do país, segundo dados do IBGE (2010). Contudo, um grande número desses habitantes vive em condições precárias, de miséria e exclusão social e produtiva, o que também impossibilita o acesso a moradia no mercado formal, devido aos baixos salários e recursos disponíveis. É neste contexto que a autoconstrução se torna protagonista, como a principal produção de habitação popular, é através dela que a população de baixa renda encontra uma solução para a o problema da habitação. Visto isso, se torna necessário um estudo sobre a autoconstrução e o espaço rural, assim como os saberes tradicionais envolvidos nas ações cotidianas referentes ao construir, morar, produzir e se relacionar das comunidades descendentes de quilombolas. O presente trabalho pretende apresentar um estudo que auxilie na compreensão da produção da moradia dessas comunidades, com o objetivo geral de identificar e analisar a moradia autoconstruída dos descendentes de quilombolas a partir dos sistemas construtivos tradicionais, taipa de mão e adobe, e como os mesmos condicionam a concepção e desenvolvimento da moradia autoconstruída na Microrregião de Chapadinha.

Palavras-chave: Autoconstrução; Descendentes de quilombolas; Chapadinha; Maranhão.

ABSTRACT

Throughout Brazil, there are more than 2,890 communities descended from quilombolas, 680 located in Maranhão territory, according to data from the Palmares Cultural Foundation (2017), most of them in rural areas, which in Maranhão have more than 2 million inhabitants of the state's population, the largest percentage of rural population in the country, according to IBGE (2010). However, a large number of these inhabitants live in precarious conditions of poverty, social and productive exclusion, which also makes it impossible to access housing in the formal market due to the low salaries and available resources. It is in this context that self-construction becomes the protagonist, as the main production of popular housing, it is through it that the low-income population finds a solution to the housing problem. Given this, it becomes necessary a study on self-construction and the rural space, as well as the traditional knowledge involved in the daily actions related to the construction, dwelling, producing and relating of communities descendants of quilombolas. The present work intends to present a study that helps in the understanding of the production of the dwelling of these communities, with the general objective of identifying and analyzing the self - built dwellings of descendants of quilombolas from the traditional constructions systems, Wattle and daub and adobe, and how the same condition the design and development of self-built housing in the Chapadinha Microregion.

Keywords: Self-construction; Descendants of quilombolas; Chapadinha; Maranhão.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Casa de adobe – São Raimundo (Saco das Almas) – Brejo-Mesorregião Leste - MA.....	47
Figura 2 - Etapas de moldagem dos blocos de adobe	48
Figura 3 - Secagem e armazenamento dos blocos de adobe	49
Figura 4 - Casa de taipa com cobertura de palha - Comunidade Saco das Almas - Brejo - MA	50
Figura 5 – Composição da técnica taipa de mão	51
Figura 6 - Exemplos de estrutura auxiliar: a) entramado em trama dupla, uma em cada face da estrutura; b) entramado reticular simples no meio da estrutura; c) tecida em tramas estreitas no meio da estrutura.....	52
Figura 7 - Localização Microrregião de Chapadinha	54
Figura 8 - Frentes de ocupação	58
Figura 9 - Área de ocorrência da Balaiada (em vermelho).....	61
Figura 10 – Mapa da localização e densidade das terras indígenas no Maranhão.	63
Figura 11 - Comunidades quilombolas no Brasil	67
Figura 12 – Comunidades descendentes de quilombos no Maranhão.....	70
Figura 13 - Municípios onde foram realizados os trabalhos de campo.	73
Figura 14 - Localização Território Saco das Almas.	75
Figura 15 - Casa Maria do Socorro – Adobe – Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	78
Figura 16 - Casa Lúcia – Taipa de mão - Território Saco das Almas, Brejo/MA.	79
Figura 17 - Cerca - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA ..	79
Figura 18 – Cerca - Casa José Almeida - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA.....	79
Figura 19 – Anexo - Casa de forno - Casa Maria - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	80
Figura 20 – Anexo - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA. ..	80
Figura 21 – Anexo (Sala) - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA.	80
Figura 22 – Anexo – Banho - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	80
Figura 23 - Cobertura de palha - Casa Tatiane – Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	81
Figura 24 - Cobertura Telhas cerâmica, fibrocimento/palha - Casa Almeida - Território Saco das Almas, Brejo/MA.	82
Figura 25 - Casa João Silva – Adobe - Território Saco das Almas, Brejo/MA ..	83
Figura 26 - Casa Alexandra – Adobe e Tijolo Cerâmico - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	83
Figura 27 - Varanda - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA	84
Figura 28 - Varanda - Casa Regina – Adobe revestido - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	84

Figura 29 – Sala – Casa Almeida – Território Saco das Almas, Brejo/MA	85
Figura 30 - Sala – Claudineia - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	85
Figura 31 - Sala - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA	85
Figura 32 - Sala - Casa Maria - Território Saco das Almas, Brejo/MA	85
Figura 33 - Divisão dos ambientes – Moradias selecionadas – Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	86
Figura 34 - Volumetrias de algumas casas do Território de Saco das Almas ..	88
Figura 35 - Depósito - Casa Luís Santiago - Território Saco das Almas, Brejo/MA.	89
Figura 36 – Cozinha/Fogão a lenha - Casa Luís Santiago - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	89
Figura 37 – Casa de Adobe Fachada principal revestida - Casa Manoel - Território Saco das Almas, Brejo/MA	90
Figura 38 – Casa de Adobe Fachada principal não revestida – Casa Alexandra Território Saco das Almas, Brejo/MA	90
Figura 39 – Janelas de madeira - Casa Francisco - Casa de Adobe - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	91
Figura 40 - Cortina separando ambientes - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA.....	91
Figura 41 - Porta de madeira e piso cimentado - Casa Manoel - Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	91
Figura 42 - "Porta" de madeira encostada - Casa Maria - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA.....	91
Figura 43 - Mobiliário – Casa Alexandra - Território Saco das Almas, Brejo/MA	92
Figura 44 - Armário – Casa Regina – Território Saco das Almas, Brejo/MA. ...	92
Figura 45 - Eletrodomésticos – Casa Carla – Território Saco das Almas, Brejo/MA.....	92
Figura 46 - Quarto – Casa Manoel – Território Saco das Almas, Brejo/MA.	92
Figura 47 - Localização Barro Vermelho e Lagoa Amarela.....	93
Figura 48 - Casa Maria do Carmo - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	95
Figura 49 - Casa Ildene - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA. 95	95
Figura 50 - Morador ausente - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	95
Figura 51 - Casa Roseane - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	95
Figura 52 - Casa Cesar - Adobe - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA. 96	96
Figura 53 - Casa Clavildo - Taipa - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA96	96
Figura 54 - Casa Dagmar - Taipa Revestida - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	96
Figura 55 - Casa Raimundo - Taipa - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA	96
Figura 56 – Anexo (Banheiro) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	97
Figura 57 - Anexo (Jirau) - Casa Roseane - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	97

Figura 58 - Anexo (Banho) - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	97
Figura 59 - Anexos (Casa de Forno - esquerda) e (Galinheiro - direita) - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	98
Figura 60 – Cob. telha cerâmica - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	98
Figura 61 - Cobertura de palha - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	98
Figura 62 - Ponto de sustentação da cobertura - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	99
Figura 63 - Sustentação secundária - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	99
Figura 64 - Preparação da mandioca - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA	100
Figura 65 - Secagem do arroz - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.	100
Figura 66 - Redes de pesca - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	100
Figura 67 - Quarto - Casa Ildilene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	101
Figura 68 - Quarto - Casa Maria do Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	101
Figura 69 - Varanda - Morador ausente - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	101
Figura 70 - Varanda - Casa Maria do Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	101
Figura 71 - Divisão dos ambientes – Moradias levantadas –Barro Vermelho e Lagoa Amarela, Chapadinha/MA	102
Figura 72 - Volumetrias de algumas casas estudadas em Barro Vermelho e Lagoa Amarela.....	104
Figura 73 - Taipa revestida (externo) - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	105
Figura 74 - Adobe revestido (Externo) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	105
Figura 75 - Taipa revestida (Interno) - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	105
Figura 76 - Adobe revestido (Interno) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	105
Figura 77 - Abertura sem fechamento - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA	106
Figura 78 – Janela uma folha de madeira - Casa Roseane - Povoado barro Vermelho, Chapadinha/MA	106
Figura 79 - Separação com tecido - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA.....	106
Figura 80 - Armário e fogão a gás - Casa Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA.....	107
Figura 81 - Mobiliário de madeira e geladeira - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	107

Figura 82 - Fogão a lenha e mesa de madeira - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA	107
Figura 83 - Sala/ Cadeiras de plástico e redes - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Proporção de domicílios atendidos pelos serviços de utilidade pública – Maranhão e Brasil (Anos – 2000 e 2010)	33
Gráfico 2 - Proporção dos domicílios com renda per capita na linha extrema pobreza atendidos pelos serviços de utilidade pública – Zona Rural do Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	33
Gráfico 3 - Tipos de materiais das paredes externas das moradias– MA.	46
Gráfico 4 – Percentual de domicílios de acordo com o material utilizado por mesorregião no Maranhão.	46
Gráfico 5 - Quantidade de famílias assentadas e a capacidade máxima por município - Mesorregião Leste	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)	34
Tabela 2 - Matrícula inicial por nível/modalidade de ensino e zona de localização	35
Tabela 3 – Relação das comunidades quilombolas em Brejo e Chapadinha... 74	
Tabela 4 – Quantitativo das moradias levantadas em cada comunidade.	74

LISTA DE SIGLAS

ATLAS BRASIL – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

BNH – Banco Nacional da Habitação

DATASUS – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

DAM - Centro de Desenvolvimento das Aplicações de
Madeiras no Brasil

FCP – Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LATESE – Laboratório de Análise Territorial e Estudos Sócio-Econômicos

PMCMV-E – Programa Minha Casa Minha Vida Entidades

PNHR – Programa Nacional de Habitação Rural

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

UEMA – Universidade Estadual do Maranhão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	20
2. CARACTERIZAÇÃO DO RURAL	25
2.1. Rural maranhense	30
3. AUTOPRODUÇÃO DAS MORADIAS	36
3.1. Autoconstrução das moradias	38
3.1.1. Mutirão	41
4. A PERMANÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES COM TERRA	44
4.1. A permanência das construções com terra no Maranhão	45
4.2. Adobe	47
4.3. Taipa de mão.....	50
5. MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA	54
5.1. História e ocupação	56
5.1.1. A Balaiada.....	60
5.2. Grupos sociais.....	62
6. COMUNIDADES DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS	65
6.1. Comunidades remanescentes de quilombolas no Maranhão	69
7. A MORADIA AUTOCONSTRUÍDA DE DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA - MA	72
7.1. Metodologia da pesquisa.....	72
7.2. Território Saco das Almas - Povoado São Raimundo, Povoado Faveira e Povoado Vila das Almas.....	75
7.2.1. Moradias autoconstruídas em Saco das Almas.	78
7.2.1.1. Implantação	79
7.2.1.2. Coberturas	81
7.2.1.3. Uso dos ambientes	83
7.2.1.4. Revestimento e esquadrias.....	89
7.2.1.5. Equipamentos e mobiliário.....	91
7.3. Povoados de Barro Vermelho e Lagoa Amarela	92
7.3.1. Moradias autoconstruídas nos povoados de Barro Vermelho e Lagoa Amarela.....	95
7.3.1.1. Implantação	96
7.3.1.2. Cobertura	98
7.3.1.3. Uso dos ambientes	100
7.3.1.4. Revestimentos e esquadrias.....	104
7.3.1.5. Equipamentos e mobiliário.....	106

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS.....	110

1. INTRODUÇÃO

No Brasil são mais de 2.890 comunidades descendentes de quilombolas onde mais de 680 estão localizadas em território maranhense, de acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (2017). No Maranhão grande parte dessas comunidades se localizam nas Mesorregiões Leste e Norte onde houve uma cultura mais forte dos engenhos de açúcar e das fazendas de produção de arroz e algodão, com alguns representantes no Centro e Oeste. Esse fenômeno se deu devido à criação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão (1755), que financiou a compra de escravos e aumentou a produção agrícola, com ênfase no algodão, açúcar e arroz. (TROVÃO, 2008)

De acordo com o Projeto Vida de Negro (1998), as primeiras comunidades quilombolas que surgiram no cenário maranhense foram nas regiões do Turiaçu com os quilombos de São Benedito do Céu, Limoeiro e São Sebastião; em Chapadinha, o quilombo de Lagoa Amarela; também nas regiões do vale do Itapecuru, em Codó, vale do Mearim e na Baixada Maranhense. Essas comunidades, trazem consigo um processo de luta e resistência antigos, chegam a atualidade com traços de identidade cheio de ritos e costumes, modos de vida e trabalho advindas de seus ancestrais, relações estas inseridas predominantemente no espaço rural. Contudo, um grande número dessas comunidades vive em condições precárias, de miséria e exclusão social e produtiva à margem da sociedade, produzindo principalmente para a sobrevivência, sem acesso a serviços e infraestrutura adequados.

No Maranhão as condições de renda e as altas taxas de informalidade das relações trabalhistas caracterizam a maior parte da população urbana e rural, a moradia produzida pelo mercado quase não contribui para melhorar as condições de sobrevivência dos mais pobres e sua inserção na sociedade com seus modos de vida e trabalho, localizadas em lotes pequenos e distantes, as moradias, não se adequam as necessidades de reprodução social das famílias que não encontram no projeto afinidade com a distribuição espacial e com os materiais construtivos, muitas vezes realizando modificações.

O espaço rural maranhense possui mais de dois milhões de moradores, o que representa cerca de 36% da população do Estado, o maior percentual de população rural do país, segundo dados do IBGE (2010), é importante aprofundar o entendimento da realidade rural por meio da análise da casa, pois com isso, é permitido conhecer os saberes tradicionais envolvidos nas ações cotidianas referentes ao construir, morar, produzir e se relacionar. As pesquisas referentes à moradia rural quando comparadas às urbanas ainda são insuficientes, o que dificulta a investigação de aspectos relacionados a este quesito. De acordo com Pinheiro (2011, apud Vieira, 2017) há uma necessidade do avanço da investigação deste tema, pois os estudos existentes são poucos e desatualizados:

“[...] é preciso avançar com a investigação para outros estudos referentes à habitação, com o intuito de obter uma visão mais abrangente tanto do conjunto dos aspectos como das dimensões inerentes ao objeto de estudo, tendo em vista a escassez e a desatualização das investigações em torno da moradia rural brasileira.” (PINHEIRO, 2011 apud VIEIRA, 2012, p.24)

A casa é a materialização de um espaço para morar, viver, trabalhar e através dela é possível satisfazer uma necessidade básica do homem, para tanto é imprescindível compreender como ela é produzida, qual sua relação com as atividades produtivas e quais as relações sociais que se manifestam nela. O desenho da casa e o sistema construtivo utilizado nos revelam muitas coisas, como: recursos disponíveis, relações entre os membros da família, usos domésticos, entre outros.

De acordo com Maricato (1982), a autoconstrução, dessa maneira, se torna a principal produção de habitação popular, é através dela que a população de baixa renda encontra uma solução para o problema da habitação. Com salários baixos, a construção da moradia leva anos antes de se completar e consome boa parte das economias.

As construções não são exclusivamente habitacionais contam também, no processo de autoconstrução, edifícios de uso coletivo como igrejas, bares, associações, etc. e contam com o auxílio de outros membros da comunidade para execução das obras, já que alguns possuem o ofício ou dominam algum tipo de técnica construtiva.

Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, dos semi-preparados, com uma gama imensa de aparelhos os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas de seu próprio esforço, sem que o orçamento "público" se desvie de outras finalidades na aplicação. (MARICATO, 1982, p79)

A arquitetura tradicional é extremamente utilizada quando tratamos de moradia popular autoconstruída, no Brasil teve origem no modelo da casa portuguesa que foi reinterpretado e moldado conforme as condições materiais locais, num primeiro momento, para depois se ajustar as solicitações da sociedade, que esperava da habitação algo além de mero abrigo contra as intempéries. A primeira forma consolidada de moradia do colonizador português foi a casa-grande e este teve um papel primordial para a sua concepção sendo uma espécie de coordenador, orientador e homogeneizador dessa moradia. (WATRIN, 2003)

A importância da arquitetura tradicional é reforçada por Hassan Fathy (1986) citado por Watrin (2003), quando menciona que a sobrevivência de sociedades tradicionais por milhares de anos indica que estas possuem conhecimentos que podem ser de grande valor, sejam em suas formas originais ou como base para o desenvolvimento de novas técnicas construtivas.

Segundo Arruda (2007), a concepção da casa e o lote familiar, se dá de acordo com o seu modo de produção, sendo assim resultado de suas respectivas forças produtivas, seu modo de produção, ou seja, a autonomia da unidade produtiva presente na obtenção e produção direta dos meios de vida, dentre eles a casa.

A planta da casa expressa a materialização das relações sociais dos indivíduos que nela habitam. Elas se distinguem tanto nos materiais, adobe, madeira, taipa de mão, tipos de coberturas, quanto às suas variações internas e ainda em relação ao posicionamento no lote, tendo em vista a articulação dos espaços internos com os externos. (ARRUDA, 2007)

De acordo com Gressler (2007), alguns materiais irão influenciar a casa em sua fase de construção, o processo de acabamento, ou a forma de manutenção e limpeza, o acesso a essa tecnologia e/ou materiais em questão

assim como a escolha dos materiais, podendo representar também tradição e status. Em termos de tradição, em geral as pessoas escolhem o material usado em suas casas com base em seu conhecimento – eles já sabem como interagir com o material em questão (como instalar, limpar, repor e usar).

Segundo Fathy (1980) , o potencial desse método construtivo e a necessidade de reconhecimento desse saber milenar, tanto com o intuito de salvaguardar um patrimônio cultural quanto o de valorizar aqueles que o usufruem e que são marginalizados frente aos avanços tecnológicos, desenvolverem habitações que fizessem uso dessa técnica e que fossem acessíveis à população de baixa renda, satisfazendo assim três parâmetros: técnico, material e econômico. Dessa maneira revelando uma a importância e potencial do conhecimento da moradia autoconstruída das camadas de baixa renda para subsidiar políticas públicas de habitação, que ignoram os modos de vida e as formas de produção e manutenção das moradias dos mais pobres e seu papel em suas vidas.

É a partir do que foi mostrado anteriormente que este trabalho busca identificar e analisar a moradia autoconstruída dos descendentes de quilombolas com base nos sistemas construtivos tradicionais em terra, taipa de mão e adobe, e como os mesmos condicionam a concepção e desenvolvimento da moradia autoconstruída na Microrregião de Chapadinha.

A metodologia utilizada no presente trabalho consiste em quatro momentos, o primeiro de fundamentação teórica sobre o tema, o segundo equivale ao levantamento de dados para o trabalho de campo, o terceiro momento foi o de sistematização e análise do material adquirido e por fim o quarto, sintetizando o material de estudo para apresentação dos resultados obtidos. O trabalho de campo se apresenta como o momento do contato direto com o objeto de estudo, possibilitando a avaliação e validade dos instrumentos pensados para sua compreensão e apreensão. Para orientação das entrevistas a serem realizadas através de conversa informal, através de contato prévio com lideranças locais facilitando interação entre o pesquisador e as comunidades.

A escolha da temática do Trabalho Final de Graduação partiu da participação, no período de um ano na condição de bolsista, do projeto de pesquisa **“A MORADIA POPULAR AUTOCONSTRUÍDA NO MARANHÃO:**

Regime de Propriedade, Modos de Produção, Morfologia e Tipologia Urbana e Rural”, realizado pelo Laboratório de Análise Territorial e Estudos Sócio-Econômicos - LATESE, ainda em processo de conclusão, assim como algumas disciplinas durante o curso que fomentaram o interesse no tema em questão. Dessa maneira este trabalho tem como intuito estimular as discussões e auxiliar debates sobre o modo de produção da moradia autoconstruída de descendentes de quilombolas.

2. CARACTERIZAÇÃO DO RURAL

O tema da rural não pode ser tratado sem que se recorra à história da ocupação do território, de suas formas sociais de produção e de organização social. No Brasil, a história da ocupação do território foi uma história de lutas e tensões sociais em que a grande propriedade, em certo sentido, foi a vencedora. No plano das lutas sociais poucas foram as situações em que os camponeses obtiveram vitória (BRANDEMBURG, 2010). O autor ainda afirma que o Brasil foi formado socialmente sob o signo da grande propriedade, embora a partir da transição do Brasil colonial para o agrário exportador a pequena propriedade gradualmente tivesse conquistado seu espaço, sendo o agricultor familiar socialmente reconhecido como categoria.

De acordo com Souza (2017), é importante fazer a distinção entre camponeses e agricultores familiares, a dificuldade em estabelecer uma adequação conceitual talvez resida na infinidade de arranjos possíveis dentro do campesinato: agricultores, extrativistas, ribeirinhos e os quilombolas, discutido neste trabalho, cada um desses arranjos guarda suas particularidades. Contudo, a despeito dessas variações possíveis, os camponeses partilham em comum o fato de serem trabalhadores rurais integrados, ainda que em diferentes níveis de integração, à sociedade contemporânea, a autora ainda complementa:

“Há um consenso nos estudos acadêmicos da Geografia Agrária de compreender o agricultor familiar como o sujeito que está integrado ao mercado, que incorpora tecnologias, contrata terceiros, e que produz excedentes, enquanto ao campesinato e camponeses, refiro-me àqueles que se organizam produtivamente em família, que possuem acesso limitado às tecnologias agrícolas, e cuja produção visa prioritamente o consumo familiar.” (SOUZA, 2017, p. 31-32)

Um grande problema encontrado no meio rural é o êxodo de sua população, pois este processo que para alguns é considerado como saída para as dificuldades encontradas, sendo assim considerado como “avanço”, na verdade é um dano para a vitalidade deste espaço. Wanderley (2004) citado por Vieira (2017), ao falar do êxodo rural comenta que ele é considerado como “solução” para os problemas encontrados no espaço rural, pois a redução da população neste meio é vista como sinal de “progresso”, porém, o autor ainda afirma que o êxodo da população rural é traduzido na perda da vitalidade social.

De acordo com Abramovay (1998), o êxodo rural dos anos 1990 parece mostrar um certo arrefecimento relativamente às décadas anteriores, mas não se pode falar, de maneira geral, numa reversão da tendência observada desde 1940, que a partir de então, a cada década, mais de um terço da população residente no meio rural no início do período migrava em direção às cidades.

É importante salientar que o crescimento industrial e a ampliação das cidades não levam, necessariamente, a melhor distribuição da renda, nem sequer à redução do nível de pobreza urbana. O que torna ainda mais atual a ideia de que, no campo, existem oportunidades de geração de renda capazes de promover melhor integração das populações que aí vivem à dinâmica urbana do que sua simples migração em direção às cidades. Transformar esta possibilidade em realidade depende da capacidade que, não só o Estado, mas o conjunto das forças interessadas na valorização do meio rural terão de elaborar e executar projetos que reforcem e dinamizem as relações rural-urbanas. (ABRAMOVAY, 1998)

Uma vez estabelecido num determinado ambiente, o colono, o caipira ou o camponês demonstra uma capacidade de total ajustamento ao seu “habitat”. Essa capacidade de adaptação articula sociabilidade, lazer e atendimentos de necessidades vitais como a caça, a pesca, a coleta, práticas complementares, significando diferentes momentos de uso e coabitação com o meio. (CANDIDO, 1975 apud BRANDEBURG, 2010)

O camponês ainda acumula uma sabedoria, um conhecimento das leis naturais que permite que o ciclo biológico se complemente sem que sua intervenção prejudique sua manutenção ou reprodução.

A roça, as águas, os matos e campos encerravam-se numa continuidade geográfica, delimitando esse complexo de atividades solidárias – tal forma, que as atividades do grupo e o meio em que elas se inseriam formavam por sua vez uma continuidade geossocial, um interajuste ecológico, onde cultura e natureza apareciam, a bem dizer, como dois polos de uma só realidade (CANDIDO, 1975, p. 173 apud BRANDEBURG, 2010).

As condições estruturais vão fazer com que os agricultores desenvolvam um cultivo voltada prioritariamente para o abastecimento da família, de forma a satisfazer as suas necessidades vitais, ou de dieta alimentar. Os estudos sobre o campesinato tradicional, cuja designação regional difere (colonos, caipiras,

sitiantes, agregados), mostram que os sistemas agrícolas eram diversificados, voltados à reprodução física e social da família. (BRANDEBURG, 2010)

Seyferth (1974) citado por Brandeburg (2010) evidencia a situação precária a que se submetia grande parte dos camponeses que fez com que eles procurassem atividades fora da unidade de produção familiar, seja como parceiros, jornaleiros, empregados parciais etc. Além disso, faz parte da tradição o envolvimento do camponês com outras atividades que não especificamente de produção agrícola, como a produção de artesanato, carpintaria, marcenaria, a transformação de produtos derivados da produção agrícola, inclusive pequenos comércios.

No que tange a vida social no meio rural, as atividades de ensino, de lazer, as festividades e manifestações culturais, normalmente se organizam em torno da igreja, formando as sedes dos núcleos ou povoados. No entanto, os agrupamentos rurais brasileiros, sob o ponto de vista espacial ou geográfico, são distribuídos de diferentes formas, dependendo do tipo de ocupação. Em muitas situações, as moradias estão dispersas e nesse caso o proprietário reside na propriedade em que trabalha, em outras, os trabalhadores vivem em vilarejos e se deslocam para trabalhar. (SEYFERTH, 1974 apud BRANDEMBURG, 2010).

Importante salientar que um elemento que contribuiu para uma maior ou menor permanência de um estilo de vida rural é a distância desses povoados ou núcleos dos centros urbanos. Até há pouco tempo os meios de comunicação e locomoção eram precários e o rádio era uma das principais fontes de informação para muitos povoados. Em muitos casos, o afastamento das cidades é também um dos fatores da precariedade nas condições de vida, uma característica que se perpetua até os dias atuais. (BRANDENBURG, 2010)

Caracterizado como sendo um espaço disperso, o espaço rural se relaciona ao centro municipal e não absorve os serviços essenciais, sendo ausentes bens e serviços. Wanderley (2000) diz que independente da dimensão da população e dos equipamentos coletivos, ao considerar um espaço como sede municipal, ele é visto como espaço urbano, sendo assim o espaço rural como o entorno da cidade, onde são predominantes as paisagens naturais e o uso da terra com as produções agrícola.

Os domicílios de situação rural são aqueles localizados nas áreas rurais, definidas como áreas externas aos perímetros urbanos, inclusive nos aglomerados rurais de extensão urbana, povoados, núcleos e outros aglomerados. (IBGE, 2010)

Os espaços rurais são lugares dotados de valor de uso, Arruda (2007) diz que a terra vale porque é o chão da morada, e o lugar de onde se tira sustento; mas também é dela que são retirados os produtos da subsistência e da produção da própria moradia, é importante levar em consideração as relações que são estabelecidas no entorno da casa, a relação do interior e do exterior da mesma, além da relação com a lavoura e as trocas entre o homem e a terra. O que define os mínimos vitais de moradia da unidade camponesa não são os mínimos de habitabilidade da sociedade urbana, ditados pelos códigos de posturas municipais e pelos limites de financiamentos de programas habitacionais. O mínimo habitável, para o camponês, corresponde ao que ele considera como necessário para o abrigo dos seus parentes. Nota-se então, que o conceito de rural está intrínseco ao convívio familiar e a produção, sendo a moradia reflexo destas atividades.

Enquanto o espaço rural for apenas uma expressão dos restos das cidades, ele vai no máximo receber políticas compensatórias à sua decadência e pobreza; mas se, ao invés disso, este espaço for capaz de satisfazer as funções necessárias aos seus habitantes e também às cidades, poderá se aplicar ao meio rural a noção de desenvolvimento (ABRAMOVAY, 2000 apud VIEIRA, 2017).

No espaço rural ainda encontramos a relação entre a moradia e a produção familiar. Segundo Arruda (2007), o conceito de produção camponesa é parte da lógica da produção familiar, da produção simples de mercadoria, onde a força de trabalho da família é predominante no grupo doméstico. Geralmente toda a família está envolvida no processo de produção, salvo os idosos e as crianças. Aqueles que estudam ajudam nas atividades no seu tempo livre ou nas férias. Nesse sentido, tem-se a família como uma unidade de produção e consumo.

Dessa forma outro elemento importante sobre a realidade rural que precisa ser aprofundado é a moradia, assim como a relevância do lote e do entorno para a mesma. De acordo com Arruda (2007), no campo, o sentido de morar não se circunscreve à casa propriamente dita, o espaço dominado e

preconcebido do mundo moderno. Grande parte das atividades rurais acontece no exterior dessa mínima unidade material que é a casa. É no exterior que parte do trabalho da família se espacializa.

O espaço da moradia rural é além da casa composto por seu entorno imediato, tendo configuração de alpendre, varanda e/ou quintal. Neste espaço são percebidas duas escalas. Uma, referente aos ambientes internos e externos especificamente das moradias de uma família, e a outra, aos núcleos de parentesco, onde ligadas por laços, famílias ocupam um mesmo lote e as diferentes edificações, como casa, depósitos, galinheiros e outros são espaços coletivos entre todos. No que se refere à organização interna das casas, existem variantes no decorrer do tempo. (PINHEIRO, 2011 apud VIEIRA, 2017)

A moradia é a concretização do modo de vida e da produção familiar, é nela que o homem busca saciar as suas necessidades indispensáveis, para tal é fundamental estudos que levantam tal discussão, o que a define, qual é sua tipologia, como ela é produzida, qual sua relação com as atividades produtivas e quais relações sociais que se manifestam nela.

A casa rural é a forma como a população deste meio se apropria do espaço, ela possui funções que permitem as atividades diárias e além do seu valor de uso, possui um valor cultural. Pensar na moradia rural é também pensar no lote em que ela está inserida, este local é fundamental na vida de seus habitantes, pois nele se estendem atividades que estão relacionadas ao grupo familiar e que são espacializadas no exterior da casa. (VIEIRA, 2017)

Arruda (2007) fala que a casa no campo é a apropriação material e simbólica do espaço. O valor social que se dá ao objeto, ou ao que representa a casa, tem aí, além da funcionalidade do cotidiano territorializada no habitat, significados afetivo e simbólico que certamente representam uma série de valores da família camponesa, construídos a partir da sua trajetória histórica, dando sentido da tradição para a sua prática. Vê-se a morada como um espaço qualitativo, como objeto com uso e valor cultural, com símbolos que são apropriados através do tempo.

Pinheiro (2011) discorre sobre o fato de que a moradia rural deve ser compreendida com estudos voltados para aquelas que são produzidas à margem das políticas públicas, por meio da autoconstrução e sem assistência técnica, onde se levam em conta as necessidades da família, observando as

condições e contextos de cada uma delas. É a partir disso que se torna essencial a discussão sobre autoconstrução para um melhor entendimento e organização sobre a análise que será feita posteriormente.

2.1. Rural maranhense

No Maranhão, o espaço rural possui mais de dois milhões de pessoas, o que representa cerca de 36% da população do Estado, o maior percentual de população rural do país, segundo dados do IBGE (2010). Contudo, a grande maioria da população rural maranhense vive em condições precárias, em uma realidade de miséria e exclusão socioproductiva. Fazendo um comparativo entre Brasil e Maranhão, em relação a moradias precárias no ambiente rural, o déficit maranhense é quase cinco vezes maior que do Brasil (48% no Maranhão contra 10% no Brasil). (BURNETT et al, 2017)

De acordo com Barbosa (2008) historicamente da abolição da escravatura à década de 1950, o país atravessou uma fase de transição entre a atividade produtiva da grande propriedade exportadora e a consolidação de uma estrutura de produção fragilmente articulada no capitalismo industrial, essa realidade brasileira se fez sentir também no Maranhão. Parte das terras do estado foram ocupadas em sistema comunal ou de posse por descendentes de ex-escravizados, de indígenas, e por migrantes de outras regiões do país.

Nesse período, a pequena produção maranhense sofreu um desmembramento em pelo menos três níveis: 1) um processo de fracionamento das terras que foram sendo abandonadas pelos seus antigos donos e divididas entre ex-escravizados, que instalaram a produção de subsistência; 2) o deslocamento de uma parte dessa força de trabalho em busca de terras livres; e 3) a transformação de ex-escravizados em arrendatários, que continuaram nas grandes propriedades pagando uma renda fundiária como aluguel da terra. (BARBOSA, 2008)

A nova configuração da agricultura maranhense tomou uma outra dimensão a partir desses três desmembramentos, constituindo três formas produtivas: a pequena produção com propriedade da terra (pequeno produtor-proprietário); a pequena produção através da ocupação de terras devolutas (posseiro); e a pequena produção inserida na grande propriedade (arrendatários

e foreiros) (AMARAL FILHO, 1990, p. 32-33 apud BARBOSA, 2008, p.3). Desta maneira fica claro que o rural maranhense não é uniforme dependendo das relações de trabalho e da disponibilidade de terra. A autora, sobre a disponibilidade da terra para o trabalhador rural, ainda complementa:

“Historicamente, a grilagem é o que tem predominado nas terras maranhenses. Foram poucos os trabalhadores rurais que conseguiram legalizar suas terras. Em geral, eles foram em busca de outras áreas ou se tornaram arrendatários, submetidos aos novos donos e, principalmente, passaram a servir como mão-de-obra assalariada. Ao longo dos anos, houve no Maranhão uma combinação entre racionalização econômica, grilagem e modernização, amparada por projetos autoritários e classistas por parte do Estado.” (BARBOSA, 2008, p.2)

Neste contexto, Barbosa (2008) realça a presença de conflitos no estado do Maranhão, em grande medida, esses conflitos retratam as desigualdades presentes no meio rural maranhense. Concentração fundiária, criação de pastos para pecuária extensiva, queima de roçados e devastação de palmeiras de babaçu têm contribuído para o desequilíbrio ambiental e ameaçado a sobrevivência de quebradeiras de coco, agricultores e pescadores do estado.

Visto isso, torna-se necessário um aprofundamento da realidade rural maranhense no que tange a questão agrária, pois a terra está intimamente ligada ao trabalho e moradia. A questão fundiária maranhense está em como se distribui o acesso aos recursos fundiários estando relacionado às políticas governamentais que vem se desenvolvendo desde final dos anos 70 que teve como marco inicial a edição da chamada “Lei Sarney de Terras”¹, que objetivou a transferências de imensas extensões territoriais a grupos empresariais do Nordeste e Centro-sul do Brasil. (SILVA E CUNHA, 2012)

O Estado, como um todo, tem vocação para as atividades do campo, pois 52,6% de sua população sobrevive da agricultura e da pecuária, ainda de acordo com os autores Silva e Cunha (2012), analisando a atual situação dos grupos tradicionais, grande parte das terras do Estado, principalmente aquelas localizadas nas regiões de colonização antiga estão ocupadas por comunidades negras, cuja história da posse territorial remontam ao período da escravidão. Juntamente com elas, outros grupos sociais camponeses consolidaram seus

¹ Lei nº 2979, de 15 de junho de 1969.

apossamentos, no longo e tormentoso processo de expansão da fronteira agrícola do Estado.

Os outros grupos tradicionais – os extrativistas, os descendentes dos índios, os ribeirinhos e os posseiros antigos – consolidaram formas de apossamentos semelhantes, na luta pela permanência nos seus territórios, enfrentando a dinâmica da expansão da frente agrícola, segundo conjuntura de “modernização” do campo maranhense, a partir da introdução dos grandes empreendimentos agropecuários e dos grandes projetos de monocultura. (SILVA E CUNHA, 2012)

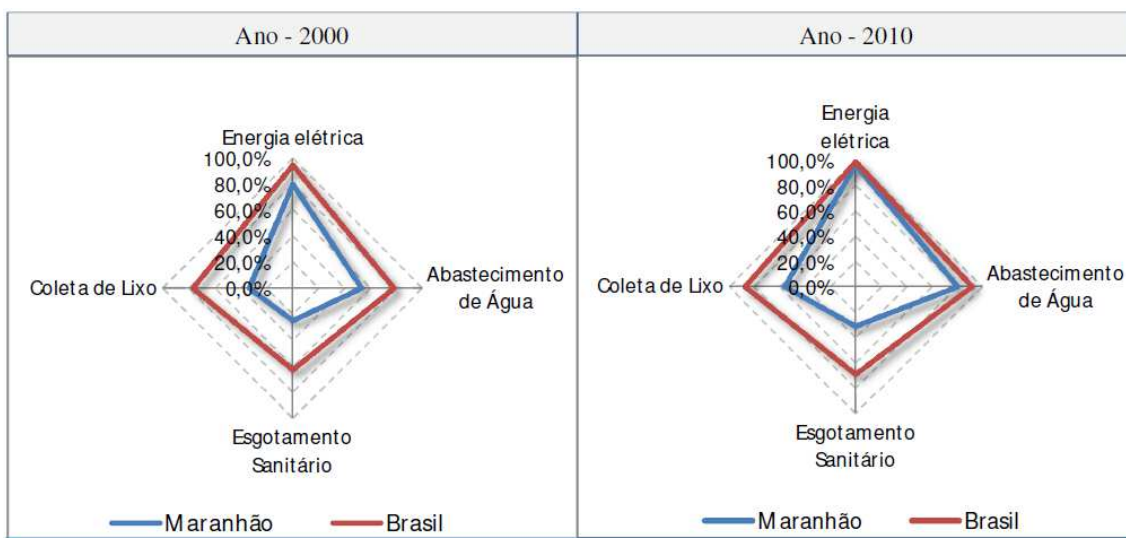
Importante ressaltar a relevância da terra e do ambiente em volta da casa no rural para as atividades realizadas pelas famílias, possibilitando meios de trabalho e produção, venda e compra destes produtos, assim como o fortalecimento das relações sociais com a comunidade na qual a família está inserida.

Alguns aspectos levantados por Carvalho (2013), mostram a realidade rural maranhense, dos habitantes da zona rural e como padecem da baixa oferta de serviços públicos, a dificuldade enfrentada por eles para progredir na escala do desenvolvimento é maior, pois a carência na oferta saneamento pode elevar a propagação de doenças provenientes da poluição ambiental, já que, quando não coletado, o lixo é queimado ou enterrado ou, em muitos casos, jogado nas adjacências dos domicílios (ruas, quintais, rios ou igarapés). Apesar disso, verifica-se que houve um grande avanço com relação à proporção de domicílios rurais com acesso à energia elétrica. Esse fator tem significativa importância para o meio rural, pois a energia facilita tanto uma melhoria da qualidade de vida (possibilita conservar alimentos, ter maior acesso aos meios de comunicação, etc.) como oportuniza a utilização de máquinas agrícolas que elevam a produtividade do trabalho, fatores que somados, produzem impactos positivos. (CARVALHO, 2013)

No caso do esgotamento sanitário, Carvalho (2013) com base em dados censitários do IBGE (2010) afirma que - a proporção de domicílios que escoam seus resíduos por meio de sistema de esgoto ou fossa séptica – a precariedade deste serviço pode gerar reflexos negativos sobre a saúde ao favorecer a propagação de doenças, portanto, a baixa renda acrescida a falta de serviços básicos, agrava ainda mais a luta diária pela sobrevivência dos extremamente

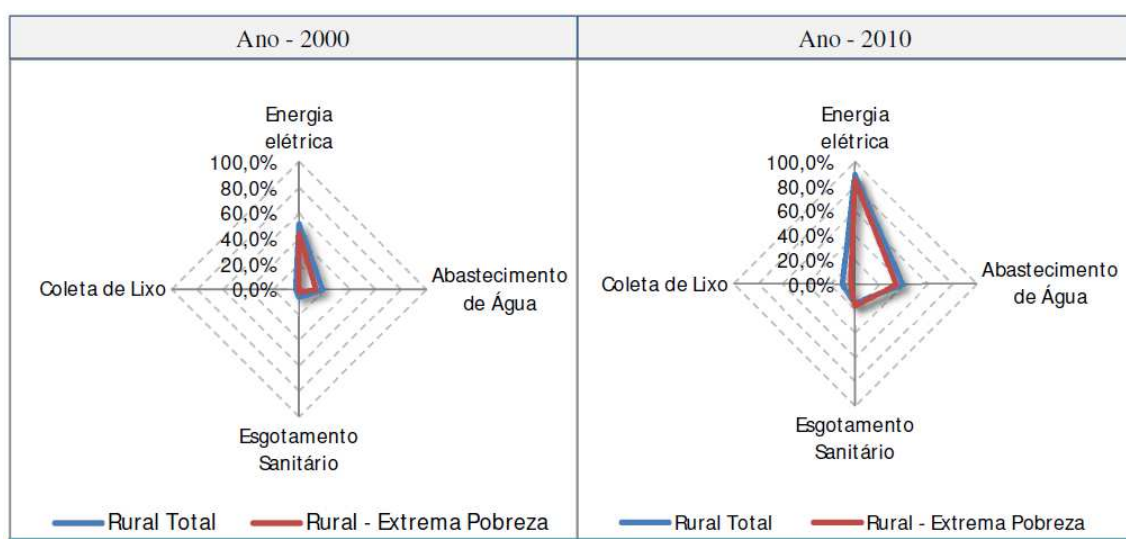
pobres na zona rural, já em relação ao abastecimento de água, apesar deste serviço na zona rural apresentar-se menor que na zona urbana, o consumo no campo não pode ser medido apenas por ligações à rede geral, existe diversas bacias hidrográficas distribuídas no território maranhense, o que facilita o acesso a água por meio de nascente, além disso, houve uma expansão do acesso a água por meio de poços.

Gráfico 1 - Proporção de domicílios atendidos pelos serviços de utilidade pública – Maranhão e Brasil (Anos – 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados), CARVALHO (2013).

Gráfico 2 - Proporção dos domicílios com renda per capita na linha extrema pobreza atendidos pelos serviços de utilidade pública – Zona Rural do Maranhão – (Anos 2000 e 2010)



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000 e 2010 (Microdados), CARVALHO (2013).

No que tange a educação no rural maranhense os dados do Censo Demográfico apontam que o Maranhão, ainda continua sendo no ranking dos Estados o 4º com maior taxa de analfabetismo. Comparando a área rural com a urbana, verifica-se em 2000 a proporção de analfabetos era de 41,3% e 20,5%, respectivamente. Em 2010, as taxas de analfabetismo caíram para 31,2% e 15,3%, na mesma ordem. Apesar da precariedade do ensino, houve um grande avanço no grau de instrução dos residentes na zona rural. As políticas governamentais de incentivo à educação (Bolsa Escola e Bolsa Família), contribuíram muito para isso, diminuindo o abandono ou a interrupção dos estudos de vários jovens, que em virtude de uma baixa renda familiar eram obrigados a ingressar precocemente no mercado de trabalho e ainda um grande acréscimo do número de matrículas no nível de ensino Educação de Jovens e Adultos, saindo de 17,5 mil matrículas em 2000 para 82,8 mil em 2010. (CARVALHO, 2013)

Tabela 1 - Estabelecimentos por nível/modalidade de ensino e zona de localização - Maranhão – (Anos 2000 e 2010)

Nível de Ensino	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Escolas que oferecem Creche	2.037	5.058	7.095	1.761	7.259	9.020
Escolas que oferecem Pré-Escolar	2.517	10.790	13.307	2.799	9.142	11.941
Escolas que oferecem Ensino Fundamental	418	24	442	738	379	1.117
Escolas que oferecem Ensino Médio, Médio Profissional e Normal	137	7	144	130	2	132
Escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos	520	543	1.063	1.107	3.013	4.120
Total de Escolas	3.365	11.112	14.477	3.866	9.962	13.828

Fonte: INEP; SEDUC – MA, CARVALHO (2013).

Tabela 2 - Matrícula inicial por nível/modalidade de ensino e zona de localização

Nível de Ensino	2000			2010		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Escolas que oferecem Creche	16.542	3.468	20.010	40.258	12.416	52.674
Escolas que oferecem Pré-Escolar	162.829	91.388	254.217	158.945	114.829	273.774
Escolas que oferecem Ensino Fundamental	965.622	659.039	1.624.661	812.840	546.907	1.359.747
Escolas que oferecem Ensino Médio, Médio Profissional e Normal	199.759	6.864	206.623	278.635	45.374	324.009
Escolas que oferecem Educação de Jovens e Adultos	75.675	17.589	93.264	115.656	82.880	198.536
Total de Escolas	1.425.391	778.450	2.203.841	1.411.691	802.425	2.214.116

Fonte: INEP; SEDUC – MA, CARVALHO (2013).

Em relação a produção estatal de moradias no rural maranhense segundo Souza (2017) e através de uma memória da produção habitacional das ações da SECID no meio rural - elaborada em 2012 é possível perceber que, entre 2006 e 2011, foram contratadas 8.174 unidades habitacionais. Contudo, foram concluídas apenas 4.534 moradias, tendo sido cancelada a execução das 2.423 outras unidades, contabilizando ainda 1.217 casas com obras em andamento em 2012, com um percentual na faixa de 50% de unidades concluídas em cinco anos, a produção de moradias rurais pela gestão estadual demonstra baixa capacidade gerencial, tendo cumprido suas metas apenas quando eram poucas as unidades habitacionais contratadas.

É nesse contexto de instabilidade que o trabalhador rural procura autoproduzir sua moradia. As condições de precariedade, por conta da problemática das secas, tornam a produção de moradia rural de extrema relevância, pois possibilita o aumento da qualidade de vida e a permanência dos camponeses no campo, devendo, para isso, ser de qualidade e estar integrada ao seu modo de vida e capacidade de produção. (SOUZA, 2017)

3. AUTOPRODUÇÃO DAS MORADIAS

A autoprodução ocorre quando os próprios moradores reformam ou constroem suas moradias sem o auxílio de técnicos, como engenheiros e arquitetos (Kapp *et al.*, 2006). Eles próprios tomam a frente do processo, decidindo sobre os espaços, comprando os materiais, coordenando os recursos e o tempo, efetuando ou não o trabalho manual de execução das obras. É uma prática de origem e tradição rurais devido ao isolamento e pobreza do mesmo.

Torres (2009, p.60) aprofunda o entendimento sobre o conceito de autoprodução e acrescenta, citando Ortiz (2004, p.41-43), as características deste processo², de acordo com o autor, autoprodução “refere-se ao processo pelo qual indivíduos, famílias ou grupos organizados realizam um processo de produção por sua própria iniciativa e para seu próprio benefício. Isso pode ser feito através da autoconstrução ou através de um processo de construção realizado por terceiros.”³ (TORRES, 2009, p.60, tradução nossa)

Ortiz (2004, p. 41-43) citado por Torres (2009, p.60) complementa:

É o processo de produção de habitação ou componentes do habitat humano que é feito sem fins lucrativos, por iniciativa e sob controle direto de seus próprios usuários, seja em um indivíduo, família, comunidade ou coletivo organizado. (ORTIZ, 2004 apud TORRES, 2009, p. 60)

²Como señala Ortiz (2004, 41-43), la autoproducción es el proceso de producir vivienda o componente del hábitat humano que se realiza sin fines de lucro, por iniciativa y bajo el control directo de sus propios usuarios, sea de manera individual, familiar, comunitaria o colectiva y organizada. Según el autor, los tipos característicos de la autoproducción son:

- a) Individual o familiar: es la forma común de producir vivienda por los diferentes sectores sociales; toca los extremos sociales: por una parte, la persona o familia con recursos suficientes para contratar una firma constructora y/o los servicios de los profesionales en la materia.
- b) Comunitaria y tradicional: a partir de diversas prácticas colectivas: de ayuda mutua, mano vuelta, faenas, tequio, etc., controladas por comunidades, principalmente las indígenas y campesinas.
- c) Emergente: las experiencias hippies de los años 60-70's; las de ocupantes de edificios abandonados de todo tipo que se adaptan a usos habitacionales; los sistemas que construyen soportes estructurales y dan espacio a la aportación creativa de componentes removibles.
- d) Colectiva organizada: aquella que se realiza bajo la iniciativa y el control de grupos, organizaciones y empresas sociales (cooperativas, asociaciones, etc.).

³ "Se refiere al proceso por medio del cual individuos, familias o grupos organizados llevan a cabo un proceso de producción por su propia iniciativa y para su propio beneficio. Puede hacerse a través de la autoconstrucción o mediante un proceso de construcción realizado por terceros." (TORRES, 2009, p.60)

Este tipo de empreitada requer algum nível de autogestão da construção ou de sua reforma, a autoprodução não engloba somente o dono da propriedade no processo construtivo, outros indivíduos como vizinhos, amigos, parentes, conhecidos e até mesmo trabalhador remunerado (contratação de peritos externos), que contribuem em maior ou menor grau seja na mão-de-obra, seja oferecendo almoço nos intervalos de descanso do trabalho, seja com uma oferta em dinheiro para contribuir, – a contribuição com capital, pode ter origem em financiamentos oficiais (empréstimos bancários, por exemplo) - sendo que o controle e gestão dela são feitas pelo morador (dono do lote, construção). (COSTA, 2018)

Outra maneira é por meios de acesso aos recursos destinados ao Programa Minha Casa Minha Vida Entidades (PMCMV-E) ou o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), onde os regimes construtivos adotados podem ser de mutirão assistido, autoconstrução assistida, administração direta ou empreitada global. Uma das características do programa é a exigência de acompanhamento da obra por representantes dos beneficiários. Em teoria, é um programa que busca oferecer mais autonomia a quem se destina, pois permite o acesso direto aos recursos e contempla a possibilidade da autoconstrução. (SOUZA, 2017)

Os autoprodutores, através de crédito aprovado, têm a possibilidade de ampliar seu poder aquisitivo, obtendo dessa maneira os meios para a compra de materiais de construção, mas ainda seguindo sem os serviços especializados como de um arquiteto, engenheiro ou técnico que possa gerir tais custos e planejar tempo e recursos disponíveis. (NOGUEIRA, 2013)

Ainda segundo Nogueira (2013), o afastamento entre a produção formal de moradias e a informalidade da autoprodução reflete a distância entre arquitetos e autoprodutores populares. Entre esses dois polos, há um verdadeiro abismo social, para o autoprodutor, o arquiteto, cujo trabalho é projetar mansões e grandes construções, ainda é o profissional das elites, já os autoprodutores precisam construir pequenas ampliações e resolver defeitos construtivos. A autora dispõe que os autoprodutores contam somente com o auxílio de amigos, conhecidos e outros profissionais da construção, como pedreiros, eletricitas, bombeiros etc. Dessa forma, pode-se afirmar que autoprodutores são, em sua maioria, excluídos do setor da construção formal e, conseqüentemente, do

contexto social para o qual usualmente os arquitetos trabalham no Brasil e também no exterior.

3.1. Autoconstrução das moradias

A autoconstrução, como método de operação, não é nova. Historicamente pode ser encontrada em todo mundo em diferentes momentos e com diversas aplicações. Responde basicamente à necessidade de satisfazer determinadas necessidades sociais que não são supridas a contento. (JACOBI, 1981)

A autoconstrução abrange apenas o aspecto construtivo do processo de produção. É apenas uma das maneiras possíveis de realizar a fase de construção de habitação ou os componentes do habitat. Geralmente está ligado a práticas de autoprodução. [...] nele, o usuário, na ausência de um capital ou crédito que financia a produção em um pacote de sua casa, faça sua gestão direta a aquisição de materiais e traz sua própria força de trabalho em tempo e forma, de acordo com suas capacidades.⁴ (TORRES, 2009, tradução nossa)

No Brasil a autoconstrução está presente na maioria das cidades, sendo o modo predominante de habitação popular, pode-se estimar que nos dias de hoje existem 12 milhões de famílias residindo neste tipo de moradia em nosso país. A causa para que estes números sejam de tamanha expressão pode ser justificada pela impossibilidade ou falta de oportunidade que estas famílias encontram em comprar uma casa pelos meios disponíveis no mercado, isto porque a sua renda mensal não lhes permite. (AUGUSTO e BASTOS, 1997).

Segundo Lemos (1976), a partir do século XX o problema da habitação se agravou, o aspecto higiênico começou a preocupar as autoridades que acabaram por criar leis para regularizar as construções populares. Apesar disso os mais pobres continuaram incapacitados de construir dentro das normas legais e dos padrões de higiene exigidos, morando em casas precariamente concebidas e construídas, primeiro porque era o meio mais barato de se morar, depois porque - morando bem ou mal – o seu desejo maior era ter um telhado para abrigar a família.

⁴ Sólo abarca el aspecto constructivo del proceso de producción. Es sólo una de las maneras posibles de realizar la fase de construcción de vivienda o los componentes del hábitat. Generalmente se vincula con prácticas de auto producción[...] En ella, el usuario, ante la falta de un capital o crédito que financie la producción en paquete de su vivienda, realiza mediante su gestión directa la adquisición de los materiales y aporta su propia fuerza de trabajo em tiempo y forma, de acuerdo a sus capacidades.(TORRES, 2009)

A autoconstrução, dessa maneira, se torna a principal produção de habitação popular, é através dela que a população de baixa renda encontra uma solução para o problema da habitação. Com salários baixos, a construção da moradia leva anos antes de se completar e consome boa parte das economias.

Segundo Turner (1963), é desejável que o processo de habitação seja baseado em uma autonomia local e no controle direto ou indireto do morador para que se possa garantir uma escala menor, a variedade e a flexibilidade esperadas, não significando que cada família deva construir sua casa, mas que estas pessoas sejam livres para realizar o que puderem para melhorar seus lares.

Outro fator que contribuiu para o aumento da atividade de autoconstrução foi a rejeição da população de baixa renda aos prédios de apartamentos, partido sistematicamente adotado pelos projetos habitacionais conduzidos pelo Estado, Lemos (1976) fala desta rejeição em sua pesquisa sobre casas populares feita em 1971. As justificativas mais frequentes dadas pelos entrevistados foram: falta de quintal, impossibilidade de fazer ampliações, perigo para as crianças por causa das janelas, falta de lugar para os filhos brincarem, e a indefinição da propriedade, como se ninguém fosse dono do próprio chão. (LEMOS, 1976 apud WATRIN, 2003)

De acordo com Maricato (1982), as condições habitacionais resultantes desse modo de produção da casa e do espaço urbano, são bastante conhecidas pelos relatórios técnicos oficiais dos órgãos do governo. O adensamento habitacional (número de habitantes por área construída ou por cômodos), a coabitação familiar (mais de uma família por domicílio ou família mais parentes e/ou amigos), a insalubridade, a iluminação precária, ventilação precária, são elementos de uma lista bem extensa assim como a má condição de saneamento, às vezes resultado da impossibilidade de extensão da rede de água e esgoto, ou de soluções de captação coletivas nos bairros de periferia, a repetição de uma fossa em cada terreno, leva a contaminação do lençol freático e portanto da água coletada em cada poço.

Órgãos e programas como o Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e o extinto Banco Nacional da Habitação (BNH) entre outros, canalizam recursos destinados a solucionar o déficit habitacional no Brasil com importante papel de

repassar esses recursos para uma variedade de agentes privados. O BNH, por exemplo, que desviou a aplicação de seus recursos financeiros na habitação popular para investi-los em habitações de alto e médio padrão e para obras de infraestrutura (transporte, saneamento, equipamentos urbanos, drenagem), buscando evidentemente atingir um mercado com poder aquisitivo que pudesse fazer frente aos preços dos imóveis e às taxas de juros e correções monetárias; o PMCMV, que constrói conjuntos habitacionais em terras baratas e distantes, pois levar a cidade até os mais pobres têm o resultado socialmente muito caro, são lógicas de extensão da cidade, alimentando aquilo que ocupa o lugar central da desigualdade urbana: a valorização imobiliária e fundiária. (MARICATO, 2009)

Souza (2017) reforça, como mostrado anteriormente, que a produção habitacional conduzida pelo Estado priorizou, até um passado bem recente, o urbano. A primeira política estruturada de habitação de interesse social, o BNH, ainda que tenha tido um relevante papel na redução do déficit habitacional brasileiro, assumiu feições de padronização em grande escala, mais preocupado com soluções quantitativas do que em produzir moradias compatíveis com as demandas dos beneficiários, a produção de moradias rurais pelo Estado é, portanto, um fato recente na história da política brasileira, e ainda esbarra em obstáculos sensíveis. Segundo Silva (2014) citado por Souza (2017):

Muitas medidas empregadas nos territórios rurais são derivadas da visão e das práticas urbanas, e por isso mesmo, estão fadadas ao fracasso. Assim, é necessário ultrapassar os limites convencionais físico-territoriais e passar a lidar com processos sociais, econômicos, com a lógica das cadeias produtivas e dos circuitos regionais agroalimentares. (SILVA, 2014, p.39 apud SOUZA, 2017, p.74)

De acordo com Watrin (2003), para uma melhor compreensão do fenômeno da autoconstrução é importante pesquisar a origem dos elementos arquitetônicos utilizados, assim como o significado cultural e o valor que a população local lhes atribui. Portanto, é importante avaliar a questão da tradição em relação à construção de moradias e alcançar o entendimento de tradições construtivas.

Nos domingos e feriados, nas horas de descanso, dos semi-preparados, com uma gama imensa de aparelhos os trabalhadores constroem artesanalmente uma parte da cidade. O assentamento residencial da população migrante em urbano, fundamental para a manutenção da oferta larga e barata de mão-de-obra, se faz às custas

de seu próprio esforço, sem que o orçamento "público" se desvie de outras finalidades na aplicação. (MARICATO, 1982, p.79)

As construções não são exclusivamente habitacionais contam também, no processo de autoconstrução, edifícios de uso coletivo como igrejas, bares, associações, etc. e contam com o auxílio de outros membros da comunidade para execução das obras, já que alguns possuem o ofício ou dominam algum tipo de técnica construtiva.

3.1.1. Mutirão

O mutirão é um dos principais sistemas vigentes na construção de casas destinadas a classe trabalhadora. Segundo Maricato (1982), o mutirão, a autoajuda, a ajuda mutua são palavras utilizadas para designar um sistema de trabalho fundamentado na cooperação entre indivíduos, na troca de favores entre estes e em seus compromissos familiares, indo desta forma contra as relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho, se apresenta no meio rural como uma tradição que frequentemente implica em festas com danças e bebidas, num acontecimento que comemora o fim do dia, ou do processo de trabalho, sendo esta tradição vindo gradativamente extinguir-se neste meio. No meio urbano, tal sistema atua diretamente no crescimento das cidades, influenciando de forma significativa na estrutura residencial da população que migra do campo para a cidade.

Neste contexto, ressalta-se um aspecto importante relativo ao processo dos mutirões, o fato deste método possibilitar um maior contato do morador com a sua habitação futura. Para Maricato (1982), tal proximidade, executada em conjunto a comunidade, permite ao morador uma visão completa do processo de construção, integrando-o a ele. Dentro dos seus outros aspectos positivos, encontram-se a espontaneidade e a solidariedade necessárias para a sua execução.

A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência. O contato direto com a produção da casa também. Não há outra escolha possível, assim como não há o espaço de residência da classe trabalhadora, mantidas as condições em que se dá a produção desse espaço (MARICATO, 1982, p. 73)

Para Candido (2010), o mutirão é elemento da sociabilidade que desta forma adquire consciência de unidade e funcionamento. Prática tradicional da sociedade caipira, consiste na reunião de vizinhos, convocados por um deles afim de efetuar determinado trabalho: derrubada, roçado, plantio, limpa, colheita, construção de casas, etc. Não há remuneração alguma, a não ser a obrigação moral dos convocados de comparecerem quando chamados.

A urgência com que são efetuados os trabalhos nos mutirões também devem ser evidenciados, há um limite de tempo para a cooperação, que não pode prender os vizinhos longe de seus interesses, embora ocorram mutirões que durem dias a fio com a troca de turmas, cada grupo de vizinhos funcionando um dia. (CANDIDO, 2010)

No entanto outro ponto a seu respeito deve também ser abordado, o seu uso pelo poder público como política habitacional e o seu papel contrário ao sistema capitalista vigente, onde a força de trabalho se vende, não se doa. Dessa forma, a participação do mutirante na construção de suas moradias visa, em primeiro lugar, a diminuir os custos do empreendimento. Outros benefícios também podem ser obtidos, tais como a melhoria da qualidade do conjunto habitacional e das unidades habitacionais e a identificação do usuário com o produto de seu trabalho, o que propicia a manutenção e seu uso adequados (ABIKO, 2004).

É importante ressaltar que sua popularização se dá graças a ausência de políticas públicas focadas em combater o problema da habitação de forma organizada. Como afirma Oliveira (2006) os exemplos de políticas habitacionais existentes anteriormente interessavam-se muito mais em oferecer empregos do que casas e em sua maioria eram destinadas as classes médias, tendo como exemplo o Banco Nacional de Habitação (BNH).

Neste contexto Vidal (2008), discorre sobre o período pós-BNH que foi marcado por soluções alternativas que visavam suprir as necessidades locais por habitação, com a introdução de novas políticas públicas habitacionais baseadas na autoconstrução, os projetos de mutirão e autogestão foram deixando o caráter da informalidade e passaram a serem enquadrados nas políticas municipais.

O poder local passou a investir em soluções de baixo custo, em processos autogestionados, construídos pelo mutirão assistido, onde as entidades

organizadoras, na maioria das vezes associações de bairros ligados a movimentos de luta por moradia participavam ativamente do processo, desde a elaboração do projeto, feito por assessorias técnicas de arquitetura e engenharia, até a execução da obra onde serviços especializados eram contratados, todo processo era assistido por equipes técnicas provenientes de assessorias ou da prefeitura.(VIDAL, 2008)

Apesar de ser comum o mutirão não é a única forma de autoconstrução, de acordo com Jacobi (1981), as famílias assumem diretamente a direção e administração da construção, obtendo os recursos através de poupanças, empréstimos informais e financiamento. Na fase de construção as próprias famílias levam a obra a cabo através do trabalho individual no período de folga ou, quando os recursos permitem, subcontratam as tarefas mais complicadas junto ao regime de trabalho informal, como pedreiros ou pessoal conhecido de maior qualificação.

As moradias populares autoconstruídas são, em sua grande maioria, construídas por etapas sendo ampliadas à medida que a família cresce ou as condições de vida melhoram. Desta forma a casa autoconstruída típica e fundamentalmente constituída de um núcleo principal ou inicial e pode variar desde o cômodo único até ao complexo de muitos cômodos distribuídos sem muito nexos e acompanhado de dependências externas, reafirmando a questão do tempo de construção dessas moradias, que podem durar anos. (WATRIN, 2003)

Apesar de não ser regra uma característica comum em relação as moradias populares autoconstruídas é a utilização de técnicas tradicionais como modalidade construtiva, a arquitetura tradicional é feita de forma artesanal, quase todo o material é extraído da natureza, dependendo dos recursos disponíveis, as peças são manufaturadas, diferente dos materiais “modernos” que possuem alto custo de mão de obra e produção em grande escala. Segundo Fathy (1980), o potencial desse método construtivo tradicional e a necessidade de reconhecimento desse saber milenar desenvolveram habitações que fizessem uso dessa técnica e que fossem acessíveis à população de baixa renda.

4. A PERMANÊNCIA DAS CONSTRUÇÕES COM TERRA

A terra tem sido um dos materiais de construção mais utilizados pelo homem desde a pré-história, tanto em construções de caráter popular como em edifícios representativos e monumentos. A partir da segunda metade do século XIX, o uso habitual da terra vai cedendo inexoravelmente ao aparecimento de materiais de construção industrializados e a terra é marginalizada das grandes obras públicas e privadas, onde começa a concorrer com o gosto pelos padrões estéticos ditados pelos novos materiais. Apesar disso, principalmente nos países em desenvolvimento, a terra segue como uma das únicas alternativas de construção da população excluída do mercado formal de habitação, geralmente moradores da periferia das cidades e da área rural. Associada a sobrevivência de sistemas construtivos primitivos, mantida pela necessidade de morar dessas populações, a terra é alvo de pesquisadores que buscam avançar a tecnologia, através do resgate e conhecimento das técnicas utilizadas no passado e do desenvolvimento de sistemas construtivos inovadores e coerentes, caracterizados pela simplicidade, eficácia e baixo custo. (NEVES e FARIA, 2011)

Ainda de acordo com Neves e Faria (2011), historicamente é possível analisar através destas técnicas que as mesmas surgiram em quase todas as civilizações do passado e expandiram-se através das invasões e colonizações, comuns na história da humanidade. As técnicas nativas uniram-se às técnicas trazidas pelos estrangeiros e, com variadas combinações entre elas, foram se adaptando e organizando as formas mais adequadas de construir. As técnicas apresentam semelhanças de uma região para outra, cada uma com suas particularidades e com sua própria nomenclatura que, muitas vezes, confunde até os mais estudiosos.

Essa temática, nas últimas décadas, tem experimentado um renovado interesse por parte de algumas organizações ligadas à preservação cultural, da academia e do setor comercial, até em função da tentativa de resgatar as técnicas de construção em terra na perspectiva de formas mais sustentáveis de construção civil na contemporaneidade. São indicativos dessa tendência as novas construções em terra realizadas pelo mundo afora, o investimento dos órgãos de fomento à pesquisa, a ampliação de oportunidade de debate e interação na comunidade científica (envolvendo especialistas de várias áreas do

conhecimento), como conferências, seminários, oficinas e diferentes tipos de publicações, e o aumento de materiais escritos, gráficos e audiovisuais com finalidade de divulgação disponíveis online.⁵ (CAVICCHIOLI, 2016)

Weimer (2005), esclarece a utilização da terra como alternativa de construção em relação aos processos construtivos utilizados no mercado formal e revela o valor deste tipo de material. Segundo o autor, a terra é utilizada por pessoas que na falta de recursos financeiros para adquirir produtos industrializados, constroem suas casas. Para empregar o uso da terra é necessária pouca energia, combinada a outros materiais ela tem sua resistência compensada. Não precisa de elevados investimentos para trabalhá-la, é barata, reaproveitada e as próprias mãos servem para manejá-la. Ao transpirarem as paredes de terra permitem equilíbrios relacionados à umidade e temperatura. Ela é colhida no local, não precisando gastos com transporte.

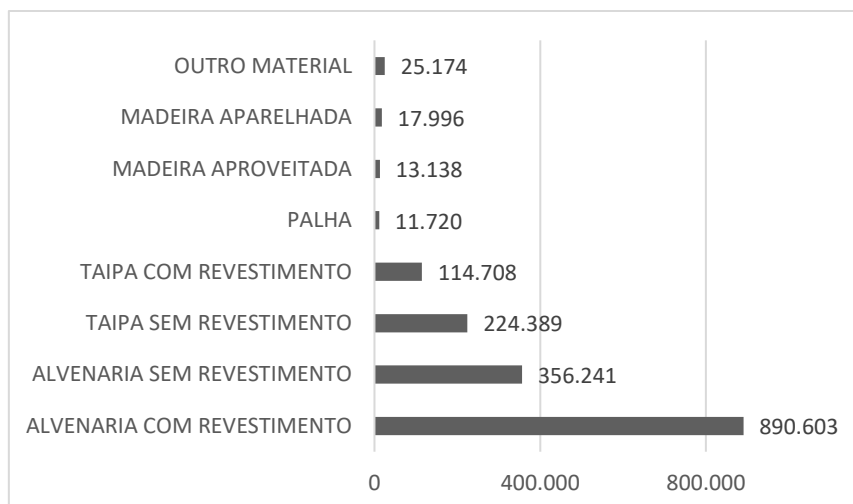
4.1. A permanência das construções com terra no Maranhão

Dentre as mais primitivas e empregadas até hoje estão o adobe e a taipa de mão, sendo as mesmas muito comuns no Brasil e no Maranhão, segundo dados do IBGE (2010) os principais tipos de materiais das paredes externas dos domicílios rurais maranhenses são: alvenaria sem revestimento (tijolo cerâmico

⁵ ONU (por intermédio da UNESCO), o International Council on Monuments and Sites (ICOMOS) e o International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property (ICCROM) que têm empreendido várias ações para promover a valorização e a conservação do patrimônio da arquitetura com terra (Neves & Faria, 2011). O Getty Conservation Institute também vem atuando de forma muito intensa no incentivo de pesquisas voltadas para o desenvolvimento de know-how tanto para a construção de novas edificações em terra como para a conservação de edificações históricas (Earthen Architecture Initiative) e, com essa perspectiva, tem estimulado iniciativas supranacionais como o GAIA Project e o TERRA Project, em parceria com o ICCROM e com o CRATERRE (equipe multidisciplinar de pesquisa europeia sediada na École National Supérieure d' Architecture de Grenoble) (Avrami et al., 2008). Já, entre os países ibero-americanos, destaca-se a rede PROTERRA, surgida sobretudo com o objetivo de incentivar o uso da terra como material de construção. (CAVICCHIOLI, 2016)

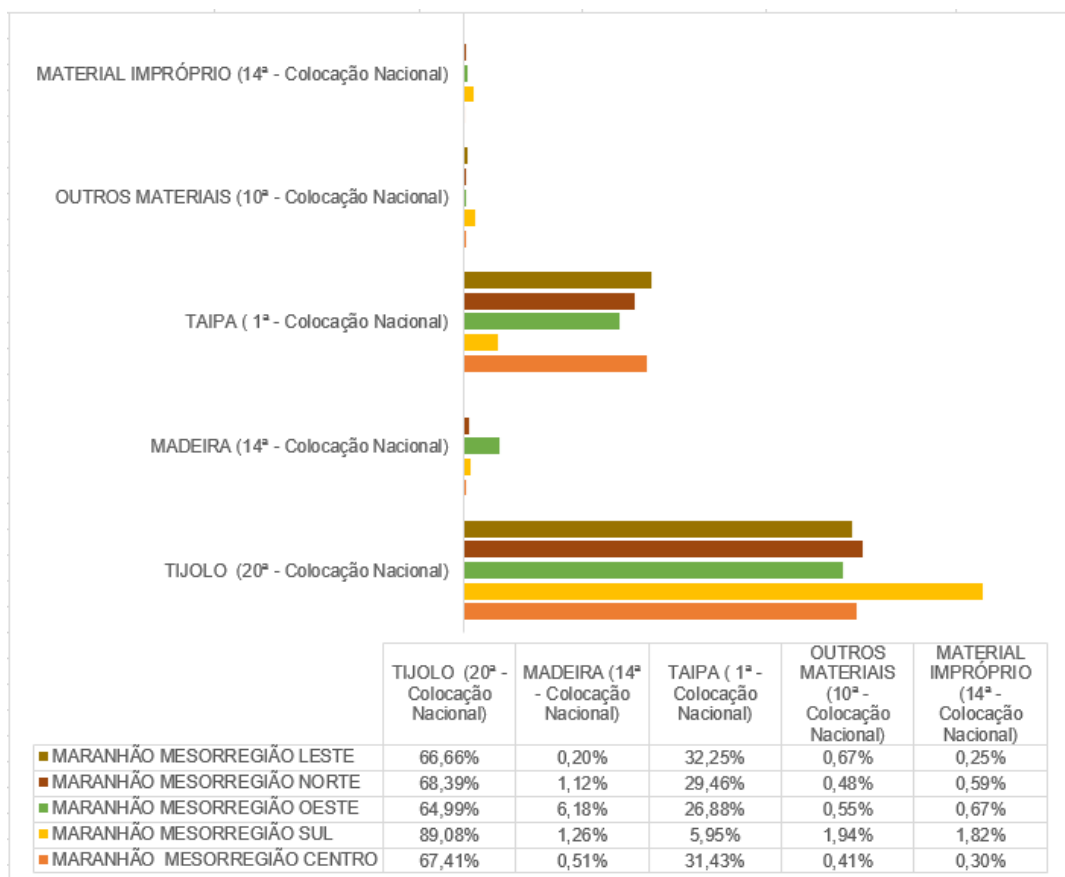
e adobe estão inclusos nesta categoria), e taipa, revestida e não revestida. (Gráfico 3)

Gráfico 3 - Tipos de materiais das paredes externas das moradias– MA.



Fonte: Gráfico gerado com base nos dados do censo demográfico de 2010, SIDRA, IBGE

Gráfico 4 – Percentual de domicílios de acordo com o material utilizado por mesorregião no Maranhão.



Fonte: Ministério da Saúde DATASUS – SIAB, 2013.

De acordo com a Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB) em pesquisa divulgada em 2013 (Gráfico 4), o Maranhão apresentou grande percentual de casas de taipa (sem e com revestimento) entre as unidades federativas do país, sendo mais presente no estado na Microrregião Leste, assim como grande quantitativo em relação ao tijolo (sendo cerâmico ou de adobe). Levando em consideração essas informações as técnicas a serem abordadas neste trabalho serão as da taipa de mão e do adobe, sendo estas as mais recorrentes no Maranhão. Nos itens seguintes, para uma maior compreensão do sistema construtivo, serão tratadas questões mais profundas sobre a aplicabilidade das técnicas, assim como suas vantagens e desvantagens, de maneira a fundamentar e esclarecer mais sobre o assunto.

4.2. Adobe

O adobe consiste em uma mistura de argila, areia, água e palha, onde geralmente é feita a combinação de maneira uniforme e depois são moldados em uma fôrma de madeira em formato de bloco, é um componente fabricado com terra em estado plástico, moldado sem necessidade de compressão, com auxílio de moldes, e, uma vez seco, é usado na execução de alvenaria, geralmente unidos por uma argamassa preparada com uma mistura muito semelhante à do adobe, para parede autoportante, parede portante, arcos, abóbadas e cúpulas. (NEVES e FARIAS, 2011)

Figura 1 - Casa de adobe – São Raimundo (Saco das Almas) – Brejo- Mesorregião Leste - MA



Fonte: LATESE, 2018

A técnica mais difundida é a que utiliza moldes de madeira para fabricação de uma ou duas unidades ao mesmo tempo, geralmente de forma retangular. O molde é preenchido com a mistura que é preparada com solos do local e água, e, em muitos casos, com a adição de agregados para controlar as fissuras, tais como vegetais, esterco e pelos de animais. (NEVES e FARIAS, 2011)

Figura 2 - Etapas de moldagem dos blocos de adobe



Fonte: (ROTONDARO et al, 2009 apud NEVES E FARIA, 2011)

Dentre as vantagens citadas por Neves e Faria (2011) sobre a técnica do adobe, através da publicação da Rede Ibero-americana PROTERRA com o título Técnicas de construção com terra, podemos elencar:

- Fácil fabricação;
- Material com considerável capacidade isolante devido a sua porosidade;
- Permite a diversidade de formas e dimensões;
- É 100% reciclável;
- Não requer mão-de-obra especializada e o equipamento artesanal (molde) é muito econômico;
- É usado para construir paredes, arcos, abóbadas e cúpulas;
- A matéria-prima é abundante;

Como desvantagens, podem ser apontadas:

- A baixa resistência à tração e à flexão em relação às alvenarias executadas com BTC ou outro tipo de componente (tijolo e bloco cerâmico, bloco de concreto);
- A fabricação artesanal do componente requer esforço humano considerável e área ampla e arejada para a secagem;
- A necessidade de muita água na sua fabricação;
- A dificuldade de obter as dimensões regulares do componente;
- A qualidade do componente está condicionada à mistura e ao repouso de alguns dias da mistura para sua hidratação;
- Absorve muita água devido a sua porosidade.

Para Neves e Faria (2011), para uma boa fabricação de adobe recomenda-se o uso do solo areno-argiloso com pouco silte, se a terra selecionada tem muita argila, aumenta-se o risco de aparecer fissuras no adobe ao secar, se tem demasiado teor de areia ou silte, pode faltar coesão interna adequada e desagregar facilmente, além de diminuir a resistência à compressão.

Figura 3 - Secagem e armazenamento dos blocos de adobe



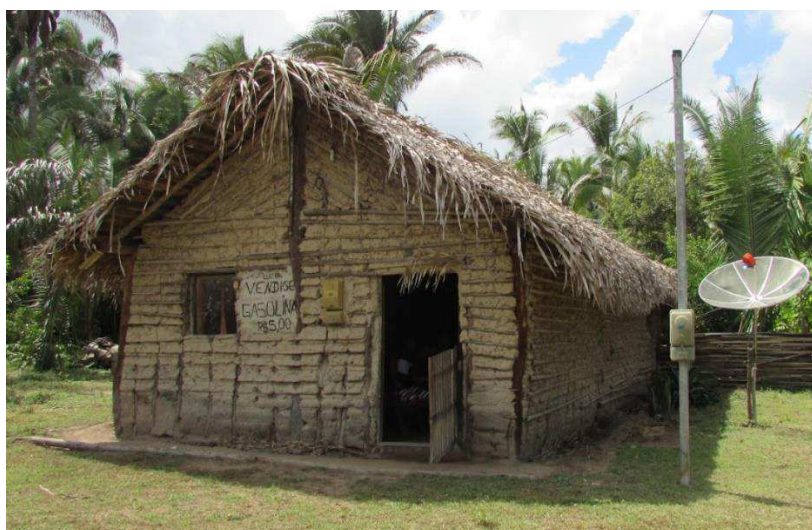
Fonte: (ROTONDARO et al, 2009 apud NEVES E FARIA, 2011)

O uso desta técnica é muito comum em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento pela população mais pobre, outra circunstância que leva a escolha desta técnica é a questão cultural, onde em algumas regiões a população já é familiarizada com a mesma além do material ser de fácil acesso e manipulação.

4.3. Taipa de mão

Também conhecida como taipa, taipa de sopapo, taipa de sebe, barro armado ou pau a pique, consiste, de acordo com Di Marco (1984), em uma ossatura de madeira ou bambu, formada por ripas horizontais e verticais amarradas com tiras de couro, cipó, barbante, prego ou arame, preenchida com uma mistura de terra, água e fibras. Este conjunto, juntamente com peças portantes verticais de madeira, forma a parede da edificação. A mistura, denominada barro, é lançada com as mãos nos dois lados ao mesmo tempo, e apertada sobre a trama da parede. Após a secagem do barro, é aplicado o reboco e, posteriormente, a pintura.

Figura 4 - Casa de taipa com cobertura de palha - Comunidade Saco das Almas - Brejo - MA



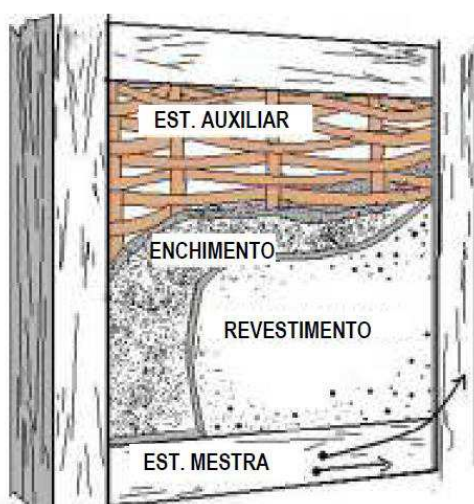
Fonte: LATESE, 2018

Segundo Vasconcellos (1979), uma das razões que levaram ao emprego generalizado desta técnica é a facilidade de sua construção como um dos motivos que levou este sistema construtivo a ser um dos mais difundidos, é uma técnica facilmente propagável e de boa assimilação por não necessitar de mão de obra qualificada, dessa maneira é possível encontrar exemplos em todo país. Schmidt (1946) afirma que ela foi amplamente utilizada pois, prescindia de taapeiros especializados, além de também ser durável, de grande resistência às intempéries, de menor custo e de simples execução.

Para Alvarenga (1995), a visão de solução provisória para construção de habitações em taipa, pois se constrói com esta técnica, na esperança de, em breve, se construir com alvenaria de tijolos, resulta em edificações sem as devidas recomendações técnicas, em que o aspecto visual e de higiene fica comprometido, dentre outros fatores, pela falta de reboco e pelo mau acabamento, estabelecendo-se por consequência, a ideia de que a casa de taipa está vinculada à pobreza e às habitações provisórias e insalubres.

Na construção em taipa de mão podemos citar o processo básico utilizado em sua execução que consiste em, de acordo com Lopes (1998), levantar toda a estrutura das paredes, colocar o madeiramento do telhado e a cobertura e efetuar o enchimento dos vãos, sob proteção da chuva e do sol, é uma técnica com versatilidade, comprovada através de sua grande adaptabilidade às condições locais, pois em sua execução são utilizados materiais naturais da região, aproveitando-se aquilo que se tem às mãos.

Figura 5 – Composição da técnica taipa de mão

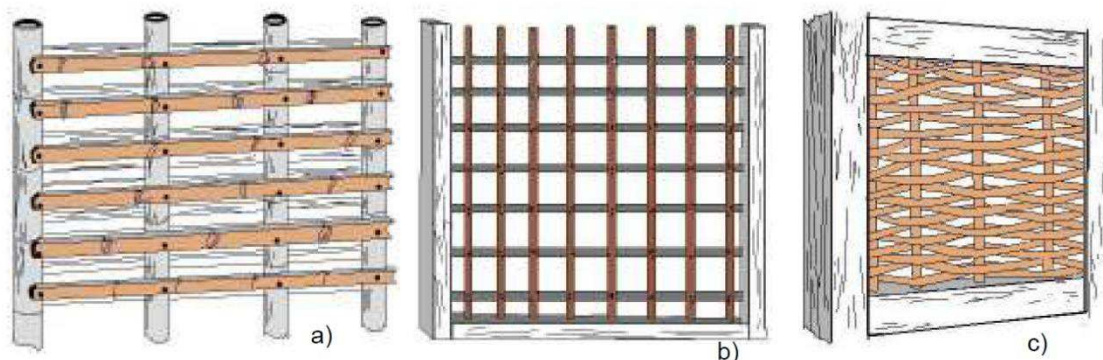


Fonte: PROTERRA (NEVES E FARIA, 2011)

Dentre as etapas de construção da moradia em taipa de mão o entramado ou malha interna é fundamental e segundo Lopes (1998), funciona como suporte para sustentação do barro, que, geralmente, é produzido no próprio local. O tipo mais comum consiste no uso de paus roliços, no sentido vertical, e de varas flexíveis horizontais, fixadas dos dois lados e amarradas através de fibras vegetais, tiras de couro, arame, ou ainda presas por pregos, formando um

xadrez. Contudo, pode apresentar variações quanto à forma, quanto aos materiais utilizados e ainda, quanto ao modo de produção.

Figura 6 - Exemplos de estrutura auxiliar: a) entramado em trama dupla, uma em cada face da estrutura; b) entramado reticular simples no meio da estrutura; c) tecida em tramas estreitas no meio da estrutura.



Fonte: PROTERRA (NEVES E FARIA, 2011)

Na preparação da mistura para o barreado utiliza-se, em algumas regiões, apenas a terra com água, enquanto que, em outras, são acrescentados alguns materiais como fibras vegetais, palha, esterco de gado, cal ou cimento, entre outros, que funcionam como estabilizantes da terra, contribuindo para diminuir a retração ou aumentar a resistência. A terra do próprio local pode ser empregada sem muita restrição quanto ao seu tipo.

No preparo da mistura para barreamento, normalmente, costuma-se amassar a terra com os pés descalços, segundo a Fundação DAM (1988), a aplicação do barro segue três fases. A primeira consiste em aplicar uma camada com as mãos, sem cobrir as ripas. Espera-se então secar (de 15 a 30 dias) e aplica-se a segunda camada, que deve preencher todas as trincas e cobrir as ripas. Depois de seca, aplica-se o reboco, uma argamassa fina de cimento ou cal, areia e saibro alisados com colher de pedreiro.

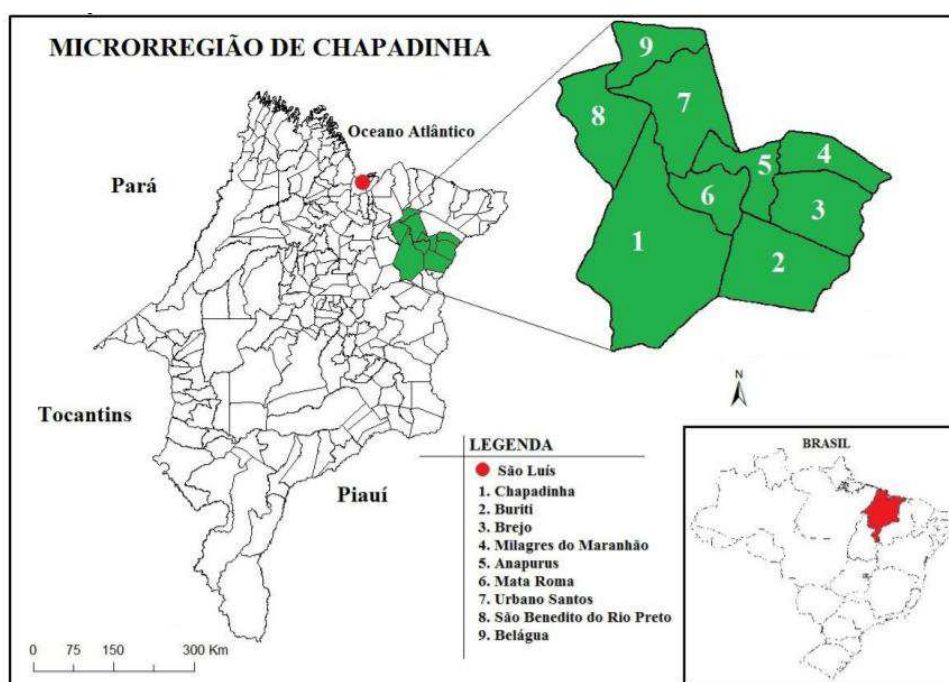
Tendo em vista a importância e como se dá a aplicação desta técnica, o maior desafio para uso das construções em terra de acordo com Lopes (1998) diz respeito ao preconceito generalizado que associa as obras de prestígio às técnicas e materiais modernos e considera a arquitetura de terra como precária e símbolo de baixo status social. Em contraposição, vários exemplos de construção em taipa de mão, construídos em tempos remotos, persistem até

nossos dias, desafiando às intempéries e ao próprio tempo, demonstrando o potencial de seu uso e sua durabilidade. Porém não só exemplos históricos comprovam a viabilidade desta técnica; diversas construções contemporâneas em taipa, localizadas em várias partes do país, em que foram respeitados procedimentos construtivos, atestam a versatilidade e o excelente desempenho desta técnica. Expostos a aplicabilidade e uso destas técnicas, no próximo capítulo, entraremos na região do estado do Maranhão que possui mais exemplares autoproduzidos das mesmas (ver Gráfico 4), reforçando a importância desta tradição construtiva.

5. MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA

A Microrregião de Chapadinha pertence à Mesorregião do Leste Maranhense, e está dividida em nove municípios: Anapurus, Belágua, Brejo, Buriti, Chapadinha, Mata Roma, Milagres do Maranhão, São Benedito do Rio Preto e Urbano Santos; e possui uma área total de 10.030,543 km². Essa microrregião é comumente identificada como Baixo Parnaíba Maranhense, porém sua classificação política e administrativa a denomina como microrregião de Chapadinha, sendo Chapadinha, o município sede e/ou o mais populoso, com uma população de 73.350 habitantes. A microrregião está em área localizada no alto do vale da bacia hidrográfica do rio Munim, no espaço de planície levemente ondulada, drenada pelos rios que se desenvolvem na bacia do Alto Munim. (IBGE, 2010)

Figura 7 - Localização Microrregião de Chapadinha



Fonte: BOTELHO E DINIZ, 2012 – BASE IBGE

O processo de povoamento da região segundo Araújo (2015), expressa características indígenas, européias e africanas, com predominância desta última e suas combinações. Isso determina as características culturais e étnicas da população, agora, no presente, pouco se observa das origens indígenas. A

cultura negra é dominante tanto por conta de sua densidade como de suas festas e hábitos religiosos. As fazendas instaladas na região trouxeram os escravos, que fugidos dali e de outras regiões constituíram diversos quilombos e comunidades rurais de população negra. A historiografia dá conta de que a tentativa fracassada de escravização dos indígenas fez desaparecer por completo inúmeras de suas povoações. População escassa que voltou a crescer, embora confrontando problemas agrários idênticos aos vivenciados pelos camponeses pobres, brancos e negros.

Entre os aspectos econômicos, pode -se relatar que o setor primário, a base econômica da microrregião, é sustentada na produção agrícola e na pecuária e, em menor escala no extrativismo. A atividade agrícola, desenvolvida, sobretudo, nas pequenas e médias propriedades, utiliza-se do trabalho familiar e se concentra na produção de mandioca, arroz, milho, feijão e banana, o autor ainda ressalta que a pecuária consiste na criação de suínos, do rebanho bovino, criação de aves e em menor escala as criações de caprinos, ovinos e equinos. Devido à falta de terra, a criação extensiva e sem manejo e acompanhamento técnico, condiciona o baixo rendimento dessa atividade com a produção voltada basicamente para o consumo familiar e comercialização eventual. (GUIMARÃES, 2012)

É importante ressaltar sobre a questão agrária na Microrregião, conforme Araújo (2015), a região tem como marca o conflito histórico pela posse da terra, isto se percebe em inúmeros povoados resultantes da aglomeração de posseiros em disputas de território com outras forças econômicas e políticas locais. A partir deste cenário houve o surgimento dos assentamentos, que resultaram de um intenso processo de resistência e um longo processo de regularização fundiária. Em alguns casos considerados posseiros, em outros quilombolas e agricultores sem terras que dependiam pequenas roças itinerantes em áreas de parentes constituindo numa fase de bastante privações e violação de direitos até a conquistas dos assentamentos.

É nesta perspectiva que o camponês desenvolve um sistema de policultivo, dedicando-se a lavouras consorciadas de milho, arroz, feijão, mandioca e fava, numa combinação com o extrativismo e criação de pequenos animais. Este processo foi possível numa dinâmica produtiva envolvendo as áreas de baixões e de Chapadas na maioria das áreas. Estas atividades tendem

a se consolidar no momento de superação do conflito pela terra, supostamente asseguradas pelo reconhecimento do direito de ocupação ou pela criação de assentamentos. (ARAÚJO, 2015)

Entre os municípios da Microrregião de Chapadinha visitados durante o trabalho de campo estão Brejo e Chapadinha. Nos próximos parágrafos serão expostas algumas informações sobre os mesmos afim de situar o leitor.

O município de Brejo possui vegetação característica do cerrado, semi-árido e da mata de cocais, localizado na bacia do Rio Parnaíba. Situa-se à 318,2 km da capital, São Luís, tendo sua principal via de acesso a BR-222. Os municípios limítrofes são Anapurus, Buriti e Milagres do Maranhão e possui uma população no último censo (2010) de 33.359 pessoas e com estimativa de 36.139 pessoas em 2018. A população urbana e rural do município atinge a porcentagem de 37% e 63% respectivamente, mostrando uma realidade rural mais presente, enquanto o cenário estadual se mostra contrário com 63% urbano e 37% rural e o nacional 84% urbano e 16% rural, de acordo com os dados do IBGE (2010).

O município de Chapadinha está inserido na bacia hidrográfica do Rio Munim e sua vegetação consiste em campos e cerrados e tem uma composição florística diversificada. Dentre as espécies mais comuns encontra-se o babaçu, carnaúba e buriti. Possui uma distância de 247 km da capital, São Luís, e possui como principal via de acesso a BR-222. A área de unidade territorial é 3.247,385 km² (IBGE, 2017), tem densidade demográfica de 22,59 hab./km², menor que a de Brejo com 31,04 hab./km², possuindo uma população no último censo (2010) de 73.350 pessoas e com estimativa de 79.145 pessoas em 2018. A população urbana e rural do município atinge a porcentagem de 72% e 28% respectivamente, revelando uma população predominantemente urbana, enquanto o cenário estadual se mostra contrário com 63% urbano e 37% rural e o nacional 84% urbano e 16% rural, de acordo com os dados do IBGE (2010).

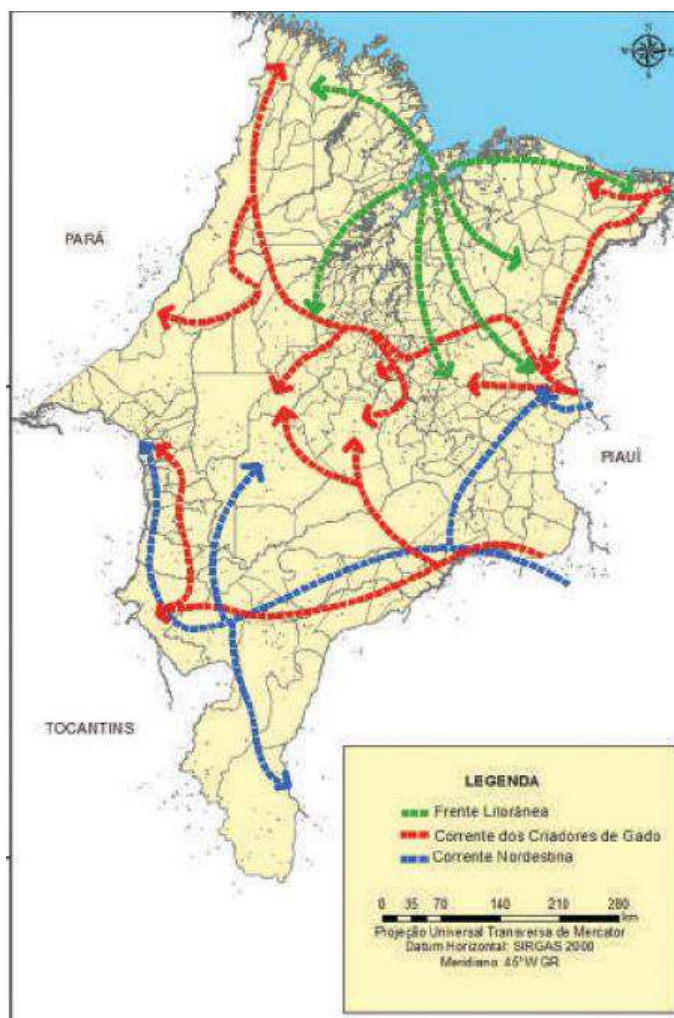
5.1. História e ocupação

Para melhor entendimento do processo histórico de ocupação da Microrregião de Chapadinha se faz necessário uma explanação sobre a

ocupação do território maranhense, tendo como base para esta discussão a construção do espaço na ótica da ocupação territorial pelos quilombolas, foco deste trabalho. Segundo Furtado (2012), a conquista e a ocupação do “Maranhão” já representam, historicamente, a conformação conflituosa de demarcação territorial, bem como as relações de poder que se assentam nessas disputas territoriais, os donatários da Capitania do Maranhão organizaram várias empreitadas marítimas para iniciar o processo de ocupação e produção do espaço geográfico maranhense. Após a conquista e ocupação “em definitivo” pela coroa portuguesa, o atual Maranhão passou por oito divisões político-administrativas, uma vez que, entre 1534-1548, foi uma capitania que abarcava quatro lotes (dos atuais Rio Grande do Norte até o Pará). Entre 1621 e 1652, foi elevado à condição de Estado Independente do Brasil, ligado diretamente à Metrópole. (FURTADO, 2012)

De acordo com Trovão (2008), o processo de ocupação do território maranhense se desenvolveu através de duas frentes de expansão, em áreas geográficas distintas, uma pela planície via litoral, e a outra pelo sertão, no planalto, tendo como via de penetração o médio vale do rio Parnaíba. O autor evidencia que, tanto o processo de conquista francesa, como a posse definitiva portuguesa, se desenvolveu inicialmente pelo litoral espalhando-se timidamente no sentido oeste e leste, e depois, com maior evidência, pelos vales inferiores e médios dos rios genuinamente maranhenses. Essa realidade não poderia ser outra, uma vez que, as rodovias inexistiam e os caminhos que iam surgindo margeavam os rios, desenvolvendo assim uma ocupação linear.

Figura 8 - Frentes de ocupação



Fonte: TROVÃO, 2008

De acordo com Furtado (2012), a condição de pobreza do Maranhão e a falta de mão-de-obra para os serviços da lavoura obrigaram seus colonos a lutar contra as forças religiosas da colonização, sobretudo contra as missões jesuíticas, pela mão-de-obra indígena. Contra estas investidas, reagiram tenazmente os jesuítas. De início, pela simples defesa do indígena, em seguida, busca de formas racionais de convivência e, finalmente, de exploração servil dessa mão-de-obra. Tais fatores constituíram as marcas do início das disputas territoriais entre colonizadores (civis e religiosos) e indígenas. No final do primeiro século de efetiva tentativa de povoar essa província, ou seja, no século XVII, a mão-de-obra indígena sofre uma baixa considerável, não somente pela resistência destes ao processo de escravidão, como também por um surto de

varíola que acometeu esses povos, sem resistência ao vírus trazido com a colonização. Furtado (2012) ainda ressalta que, em adição a baixa na mão-de-obra indígena, no século seguinte, em XVIII, com as leis pombalinas, a mão-de-obra indígena foi basicamente substituída pela africana, marcando as principais transformações na paisagem e gentes do Maranhão. Essa substituição foi devida à “falta de habilidade dos indígenas” para o trato com as grandes monoculturas implantadas na época. A autora ainda complementa:

“Com a devastação da mão-de-obra indígena, por esse surto epidêmico, apontava-se, como alternativa, o recurso a escravos vindos da África, principalmente das regiões de Angola, Mina e Nova Guiné. Já se argumentava, na época, que o progresso do Estado do Brasil se dava em função da mão-de-obra africana, tal se reproduzia no Maranhão, quando das petições enviadas à Cora para tal fim. O dinheiro procedente da venda de africanos, ao que parece, servia igualmente para resolver problemas enfrentados pela Coroa com a manutenção das colônias.” (FURTADO, 2012)

A Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi criada em 1755 e tinha, inicialmente, como objetivo explorar o comércio da importação de escravos negros. Com a criação da Companhia, houve um incremento da mão-de-obra com a vinda de africanos escravizados, aumento dos incentivos fornecidos para crédito aos lavradores, sobretudo, para compra de equipamentos agrícola, fatos que possibilitaram um franco crescimento da lavoura no Maranhão. (FURTADO, 2012)

Ainda de acordo com Furtado (2012), o sistema de grandes plantações de algodão e cana para fins de exportação requeriam estoque de terras e abundância de mão-de-obra para que lograsse êxito. Como não havia insumos agrícolas disponíveis, as plantações utilizavam a própria fertilidade dos solos, necessitando para tanto de um grande estoque, pois precisavam ser transferidas de três em três anos, a fim de garantir a produtividade, havia a necessidade de ocupar novas áreas territoriais no entorno desses grandes centros, o que era dificultado pela resistência dos indígenas que habitavam uma área de fronteira. Com a diminuição do estoque de terras e do reduzido preço do algodão, a “euforia” desenvolvimentista no Maranhão entrou em processo de estagnação, até seu total declínio como potência colonial. Furtado (2012) associa a crise

econômica da classe produtora devido a uma politização que se desenvolveu nessa época, marcando uma série de movimentos contestatórios e revoltas ao poder central, dentre elas a Balaiada que será tratada no próximo item.

5.1.1. A Balaiada

A eclosão da Balaiada, a maior guerra civil ocorrida no Maranhão, entre 1838 e 1841, deu-se a partir das disputas entre os setores dominantes da política local, ou seja, da disputa entre liberais (integrantes do Partido dos Bem-te-vis) contra os conservadores (representantes dos portugueses desejosos de restabelecer o trono ao imperador deposto – os cabanos), associada à crescente revolta da população “propriamente brasileira”, que Assunção registra como “população de cor” contra as arbitrariedades da elite dirigente, sobretudo representada pelos portugueses colonizadores da Província. (ASSUNÇÃO, 1996 apud FURTADO, 2012, p.89)

Por sua vez, “os balaios” eram homens sertanejos, pobres, “de cor” e marginalizados que aderiam ao comando de líderes como Raimundo Gomes, Francisco dos Anjos e D. Cosme. Criou-se um imaginário na época, e que se estende aos dias de hoje, de que esses líderes, e o exército por eles recrutado, compunham-se de indivíduos sem princípios, ladrões, viciados, “homens de cor”, negros, índios e mestiços. Entretanto integravam também o movimento soldados desertores da Guarda Nacional, políticos do Ceará e Piauí, juizes de paz, sob a liderança de Lívio Lopes Castelo Branco e Silva, liberal assumido, que se apressou em pedir anistia quando da derrocada do movimento em 1840. (FURTADO, 2012, p.91)

Segundo Gennari (2008) citado por Furtado (2012), dois processos simultâneos e antagônicos levariam ao declínio da balaiada. O primeiro foi a tomada da cidade de Caxias e o segundo a reação da elite de Alcântara composta de lavradores, agregados e feitores em batalhões provisórios para garantir a defesa de suas propriedades e frear a ampliação do movimento. A tomada da cidade de Caxias, a cidade mais importante do sertão maranhense, representou a força do movimento, pois tal feito deveu-se à junção de mais de dez mil “balaios” nessa empreitada, essa conquista abriu margem para as discussões internas quanto à natureza, o caráter e a condução teórica e política do movimento. Diante das pressões exercidas pelo movimento e as conquistas

5.2. Grupos sociais

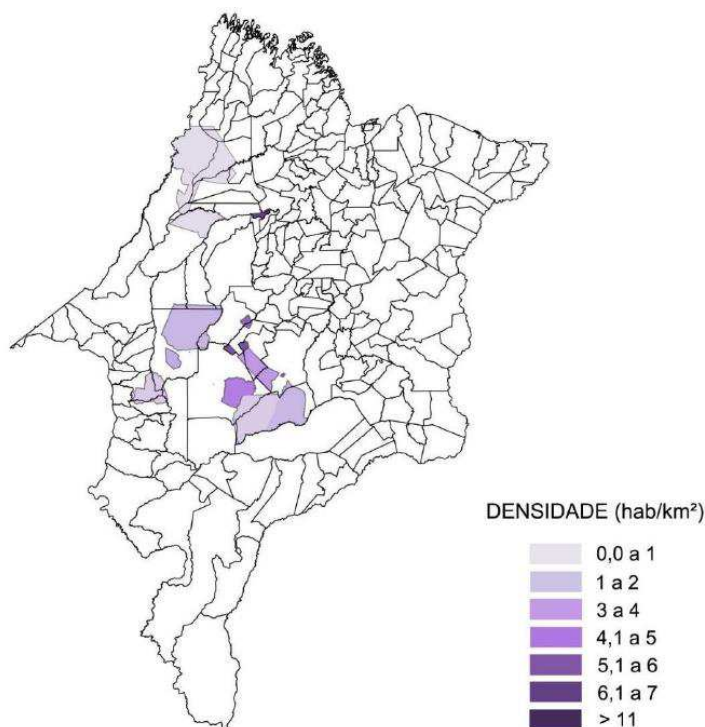
O processo histórico territorial do Maranhão comprova que o estado é ocupado por uma mistura de comunidades que com o tempo se solidificaram, através de estudos da identidade cultural e do potencial de métodos e materiais, tornou-se necessário conhecer de maneira breve sobre as questões relacionadas às populações tradicionais neste trabalho representada pelos indígenas e assentados, identificando suas origens, suas características e os conflitos envolvidos. Em relação as comunidades descendentes de quilombolas, estas serão vistas no próximo capítulo deste trabalho com mais aprofundamento.

Os indígenas, no Leste Maranhense, Mesorregião onde está inserida a Microrregião de Chapadinha, as tribos com sedes abandonadas entre as datadas do século XVIII, temos os Amanayés⁶. E infelizmente atualmente não tem nenhuma terra indígena fixada na Mesorregião sendo que no Estado, são encontradas 19 terras indígenas de acordo com a FUNAI. Segundo Trovão (2008), devido ao choque entre colonizadores e indígenas no início da ocupação do território maranhense, grande parte das tribos espalhadas pelo Estado foram dizimadas ou forçadas a migrarem.

Hoje, com todo o contato e com a convivência urbana, muito das tradições de moradia indígenas foram perdidas, como por exemplo a organização das casas. A tradição das casas e também de características comportamentais, ainda são resguardados e passados de geração em geração. Quanto ao material das casas, muitas são feitas de materiais retirados da natureza como a palha, a terra e a madeira, feitas com técnicas tradicionais como a taipa de mão. (POVOS INDÍGENAS NO BRASIL, 2018).

⁶ *Amanagé* – *Amanyé* significa 'associação de pessoas". Os Amanagé, que vivem no Igarapé Ararandeuara, denominam-se também pelo nome do igarapé. (Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, 2002, "Amanyé", Povos Indígenas do Brasil, Instituto Socioambiental, São Paulo. <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/amanaye/>)

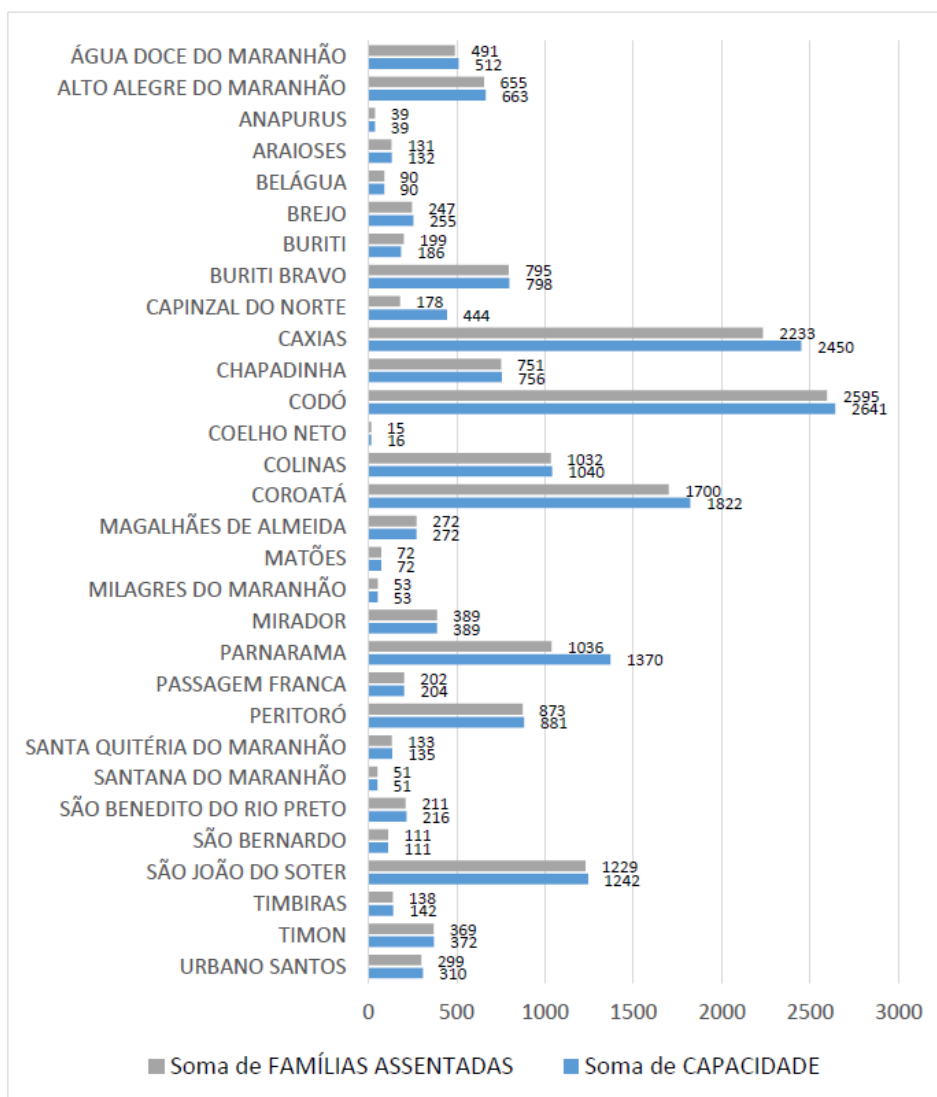
Figura 10 – Mapa da localização e densidade das terras indígenas no Maranhão.



Fonte: Base de dados - TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL, 2018.
Elaboração: LATESE, 2018.

O próximo grupo a ser tratado são os dos assentados, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, um assentamento rural é um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo INCRA, no local onde originalmente existia um imóvel particular, geralmente destinado a monoculturas. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas é entregue pelo INCRA a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias. A quantidade de glebas num assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. De acordo com Sampaio e Hespanhol (2008), o estabelecimento do número de famílias a serem assentadas passará necessariamente pela análise da capacidade da área em oferecer condições para a sustentabilidade social, econômica, política e ambiental dentro de um limite definido para a realização do seu processo produtivo.

Gráfico 5 - Quantidade de famílias assentadas e a capacidade máxima por município - Mesorregião Leste



Fonte: Base no Registro de Assentamentos – INCRA (2017).

Ainda segundo Mattos Junior e Hespanhol (2010), existem uma série de problemáticas envolvendo os assentamentos no Maranhão e suas condições de moradia, como a fraca infraestrutura que permeia a localidade dos assentamentos, de um modo geral independentemente da Mesorregião. Dessa maneira grande parte dos assentados enfrentam problemas na escoação do que é produzido nestes locais, por questões de infraestrutura, burocracia ou falta de assistência técnica.

6. COMUNIDADES DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS

Neste capítulo será feito um estudo sobre as comunidades descendentes de quilombolas, tendo em vista que os povoados visitados e as moradias posteriormente analisadas fazem parte desta realidade.

Segundo Gomes (2015) no Brasil, desde as primeiras décadas da colonização, tais comunidades ficaram conhecidas primeiramente com a denominação mocambos e depois quilombos⁷. Estes se formavam quase sempre a partir dos escravos fugitivos dos canaviais e engenhos do Nordeste, são destes que surgem as primeiras notícias de fugas de escravos e a constituição deles em comunidades.

O crescimento populacional dos quilombos não se dava somente com as deserções e a adesão de novos fugidos. A maior parte se viu crescer com a reprodução interna, ou seja, os nascidos nos próprios quilombos, nas gerações seguintes. No Grão-Pará, quilombolas capturados declararam: “eu nasci nas matas, nunca tive senhor”. Em várias partes, mais habitantes de quilombos estavam nascendo, crescendo e ocupando territórios. (GOMES, 2015)

A produção econômica podia ser complexa, além do feijão, arroz e mandioca com fartas plantações, aproveitavam do peixe em abundância e da carne de animais silvestres, pois passavam dias caçando, também plantavam, colhiam e realizavam festas para homenagear suas colheitas. A face camponesa quilombola se ampliava e se articulava diferentemente em regiões, contextos e períodos diversos, embora sejam esparsas as fontes detalhadas sobre a vida interna nos quilombos, certos indícios apontam para excedentes econômicos que os favoreceriam em trocas mercantis, além disso, a prática dos saques a fazendas e povoados funcionava como complemento. (GOMES, 2015)

Segundo Weimer (2014), em relação aos primeiros exemplares da arquitetura africana, esta deve ter se estabelecido com a vinda dos africanos em meados do século XVI, como eles foram trazidos para servir de mão de obra também se encarregaram de produzir as suas próprias moradias, seguindo este

⁷ Eram termos da África Central usados para designar acampamentos improvisados, utilizados para guerras ou mesmo apresamentos de escravizados. (GOMES, 2015)
A palavra quilombo vem do quimbundo e significa “aldeia” ou “povoação”. (WEIMER, 2015)

raciocínio, ela teria marcado presença na arquitetura popular a partir da segunda metade do primeiro século da colônia.

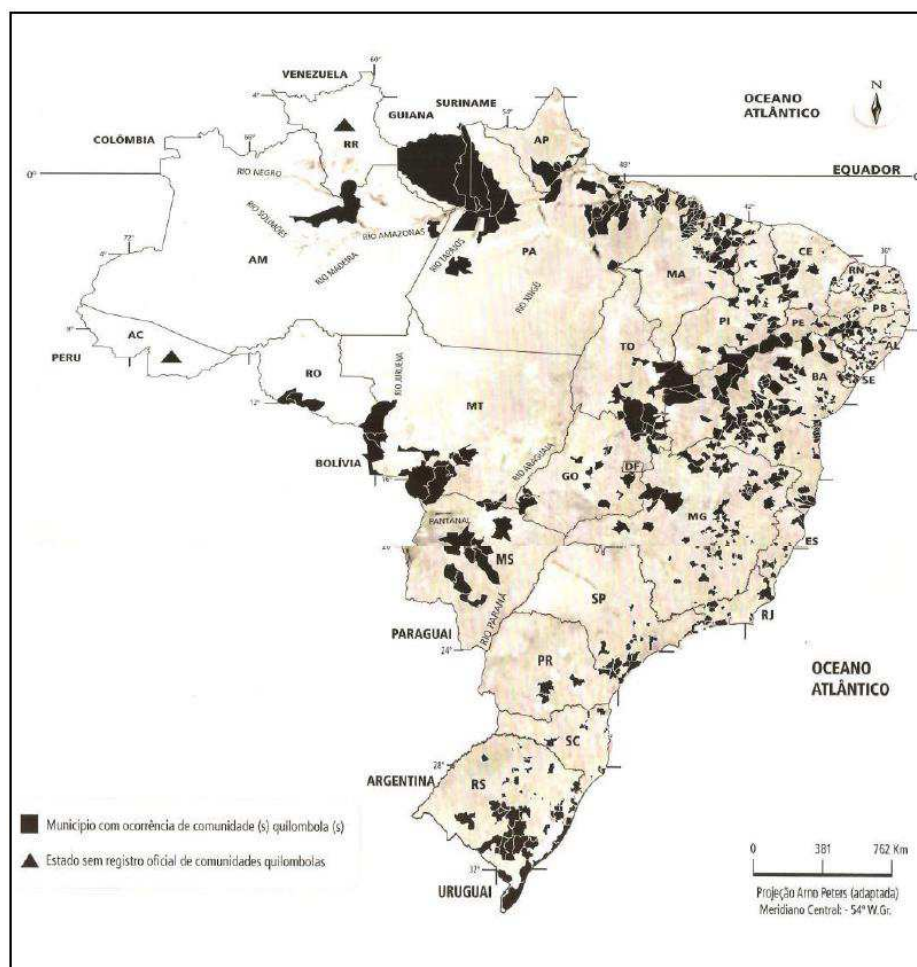
No âmbito da arquitetura popular, a manifestação mais interessante no período colonial parece ser a dos quilombos, pelo simples fato de que neles os negros que constituíam maioria⁸ eram os dominadores do território, apartado do domínio do colonizador os negros puderam desenvolver um modo de vida bem mais próximo daquela que haviam levado na terra de origem. (WEIMER, 2014)

Muitas comunidades negras surgiram após a instauração da Lei Áurea – lei que extinguiu a escravidão – pois foi depois dela que o negro se virou livre para formar seus grupos, "viver em liberdade em um espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade."(SILVA, 2012, p. 01 apud FARIAS, 2018, p. 43)

A questão do quilombola foi recolocada no cenário nacional a partir da década de 70, e nessa época também houveram mobilizações políticas que culminaram na publicação de um artigo das Disposições Transitórias (68), da Constituição de 1988, que dá direito à titulação das terras ocupadas (SILVA, 2012, p. 02 apud FARIAS, 2018, p. 43).

⁸ É sabido que os negros não se constituíam de unanimidade dos habitantes de um quilombo. Até mesmo o nome de muitos quilombos era indígena, o que pode ser atribuído, por vezes, à localização geográfica dos mesmos em área na qual a nomenclatura indígena era hegemônica. Mas pode também indicar a presença de indígenas que, perseguidos pelos escravocratas, encontravam refúgio nos assentamentos negros e neles se integravam. Da mesma forma, é sabido que brancos que tinham contas a acertar com a justiça ou que se sentiam inseguros em seus assentamentos também procuravam abrigo nos quilombos, muito embora estes devam ter sido casos excepcionais. Como os quilombos não poderiam viver completamente à parte da sociedade e com a qual mantinha relações comerciais recíprocas, mesmo que dificultado por autoridades constituídas, a verdade é que os brancos eram bem-vindos nos quilombos especialmente para efetuações de operações de troca, uma vez que a cor de sua pele afastava eventuais suspeitas sobre o ilícito de suas atividades. Os quilombos americanos apresentavam características distintas dos quilombos africanos, uma vez que aqui eles se tornaram multiétnicos seja por necessidade de existência, por conveniência, como modo de conseguir forças de defesa contra as ações dos escravocratas, seja, ainda, por uma influência dos modos de vida da sociedade envolvente. (WEIMER, 2014)

Figura 11 - Comunidades quilombolas no Brasil



Fonte: ANJOS, R S. 2006 apud FURTADO, 2012, p. 33.

De acordo com Furtado (2012) em 2003, através do Decreto nº 4.887/2003, definiram-se, para fins de atos demarcatórios dos territórios quilombolas, quem seriam os sujeitos a quem se destinaria tal direito. Nesse documento oficial, conceituam-se como comunidades “remanescentes de quilombos” os grupos étnico raciais que se autoatribuem tais características, devendo possuir uma trajetória histórica própria que estabelece relações territoriais específicas, sobretudo, vinculados a uma ancestralidade negra na qual estão relacionadas formas de resistência à opressão histórica que tais comunidades sofreram.

É preciso considerar qual demanda social está sendo identificada como quilombola e tratá-la como uma importante via de se reconhecer a historicidade e a trajetória de organização das famílias negras, pautadas no conjunto de referências simbólicas que fazem daquele

espaço o lugar de domínio da coletividade que lá vive, no respeito às formas de convívio e usufruto da terra que o próprio grupo elaborou e quer ver mantido. (LEITE, 2000, p. 347 apud FURTADO, 2012, p.101).

A Constituição de 1988, portanto, formaliza direitos que já haviam sido apresentados por representantes dos movimentos sociais organizados. A criação da Fundação Cultural Palmares em 1988, vinculada ao Ministério da Cultura, tem por finalidade “promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (FURTADO, 2012)

O certificado, que é emitido apenas pela FCP, é o primeiro passo para regularização de território. Com ele, é possível entrar com processo de titulação de território quilombola no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Em todo o Brasil, são 2.465 certificados emitidos para 2.890 comunidades quilombolas, são 500 certidões e 682 comunidades reconhecidas somente no Maranhão. (PORTAL BRASIL)

Ainda de acordo com Furtado (2012), as comunidades inseridas no plano do Direito formal enquanto “comunidades quilombolas” se caracterizam, sobretudo, pelas práticas sociais intrinsecamente relacionadas à forma como ocupam e produzem seus territórios, de maneira inversa aos modos e propósitos dos usos da terra em contexto capitalista, essas comunidades assentam suas bases territoriais por tradição, ligada a uma memória coletiva, notadamente sob a prescindibilidade dos documentos legais, o que determina uma “memória étnica”.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Brasil, Decreto 4.887/2003 apud FURTADO, 2012).

Observa-se, claramente agora, sem as ambiguidades características das normativas anteriores que permitiram múltiplas interpretações a partir das quais se estabeleceram a imobilidade da aplicação dos direitos, que “são remanescentes das comunidades dos quilombos”, não as pessoas individualmente, mas as próprias coletividades, constituídas enquanto grupos étnicos a partir de critérios de auto-atribuição.

Atualmente, o conceito de quilombo passa a ser não só utilizado em referência à questão fundiária, mas, também, a um tipo de reivindicação e

reparação aos efeitos simbólicos e estigmas gerados por situações de exclusão (FURTADO, 2012). Essa nova acepção do conceito de quilombo expressa um contexto social de lutas políticas e ideológicas que incorpora demandas apresentadas pelo próprio movimento social. (SOUZA FILHO, 2008 apud FURTADO, 2012)

A região Nordeste, segundo Silva (2012) citado por Farias (2018) é a que concentra a maior quantidade de quilombos, cuja resistência cultural imprime lhes características próprias, verificáveis nos costumes, nas tradições, nas festividades e nas manifestações religiosas.

6.1. Comunidades remanescentes de quilombolas no Maranhão

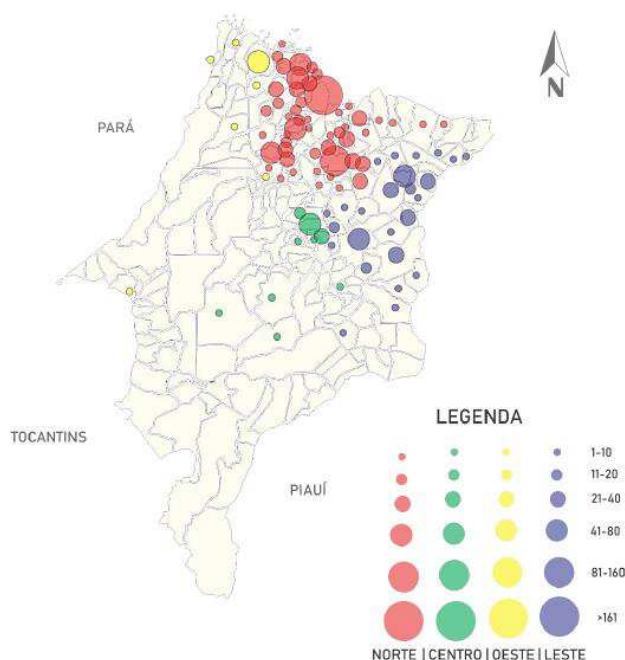
A questão dos remanescentes de quilombolas maranhenses se insere na história do Centro de Cultura Negra do Maranhão, criado em 19 de setembro de 1979, entidade cuja luta, organização e projetos visam ações de formação para os afro descendentes perceberem se como sujeitos históricos, sociais, capazes de modificar a realidade de opressão em que vivem – resquício da forma de racismo ainda existente no país. Atualmente, os encontros são organizados pela Associação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (ACONERUQ), criada em 1997, filiada à Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), assim como vários projetos cujos objetivos abarcam a formação cultural e qualificação profissional de jovens, regularização das associações quilombolas, o processo de identificação e mapeamento das comunidades quilombolas. Vale acrescentar que, no Maranhão, a origem dessas comunidades está vinculada à crise açucareira e algodoeira, na segunda metade do século XIX, que obrigou muitos proprietários endividados a abandonarem suas terras, possibilitando muitas famílias de escravos e ex escravos a apropriação de terras incultas e abandonadas, gerando, atualmente, intensas disputas com fazendeiros, grileiros e empresários. (SILVA, 2012 apud FARIAS, 2018, p.44)

No Maranhão grande parte dessas comunidades se localizam nas Mesorregiões Leste e Norte onde houve uma cultura mais forte dos engenhos de açúcar e das fazendas de produção de arroz e algodão, com alguns

representantes no Centro e Oeste. Esse fenômeno se deu devido a criação da Companhia de Comércio Grão-Pará e Maranhão (1755), que financiou a compra de escravos e aumentou a produção agrícola, com ênfase no algodão, açúcar e arroz. (TROVÃO, 2008)

De acordo com o Projeto Vida de Negro⁹ (1998), as primeiras comunidades quilombolas que surgiram no cenário maranhense foram nas regiões do Turiagu com os quilombos de São Benedito do Céu, Limoeiro e São Sebastião; em Chapadinha, o quilombo de Lagoa Amarela; também nas regiões do vale do Itapecuru, em Codó, vale do Mearim e na Baixada Maranhense, essas comunidades, por trazerem consigo um processo de luta e resistência antigas, chegam a atualidade com traços de identidade cheio de ritos e costumes, modos de vida e trabalho advindas de seus ancestrais.

Figura 12 – Comunidades descendentes de quilombos no Maranhão



Fonte: Baseado em GOMES (2015), desenvolvido por LATESE, 2018.

⁹ O primeiro mapeamento sistemático sobre comunidades negras rurais no Brasil começou a ser realizado no Maranhão em 1988 pelo Projeto Vida de Negro (PVN), criado a partir da parceria entre o Centro de Cultura Negra (CNN) e a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDDH). A equipe do PVN é constituída basicamente por militantes do movimento negro, alguns originados dessas comunidades, apoiada por técnicos, advogados e cientistas sociais. Para o PVN a pesquisa sobre as comunidades não pode ser pensada separada de um trabalho educativo, assim como de incentivo às organizações locais e estaduais. Disso, resultaram vários encontros estaduais e regionais, além da titulação de duas comunidades remanescentes de quilombos. (PVN, 1998)

É importante frisar que a produção nos quilombos varia de acordo com os recursos disponíveis e com o processo de sua formação. Assim como as suas moradias que, como afirma Furtado (2010) citado por Souza (2018), são resultados dos recursos encontrados na natureza, expressa também na forma de saberes seculares, sobretudo, no que diz respeito à construção de um padrão arquitetônico das casas, algumas delas podem possuir o piso de chão batido, o revestimento das casas feita com barro retirado do local e a cobertura de palha de babaçu, assim como a técnica construtiva, esse modo de produção de moradia pode variar de acordo a utilização do território.

É a partir do que foi mostrado anteriormente que este trabalho busca identificar e analisar a moradia autoconstruída dos descendentes de quilombolas a partir dos sistemas construtivos tradicionais em terra, taipa de mão e adobe, e como os mesmos condicionam a concepção e desenvolvimento da moradia autoconstruída na Microrregião de Chapadinha, analisando os recursos disponíveis, as relações familiares e necessidades no planejamento da construção.

7. A MORADIA AUTOCONSTRUÍDA DE DESCENDENTES DE QUILOMBOLAS NA MICRORREGIÃO DE CHAPADINHA - MA

7.1. Metodologia da pesquisa

A base metodológica deste trabalho consistiu em quatro momentos, o primeiro é de fundamentação teórica sobre o tema, com levantamento de literatura e referências bibliográficas para fundamentar as questões relacionadas ao assunto.

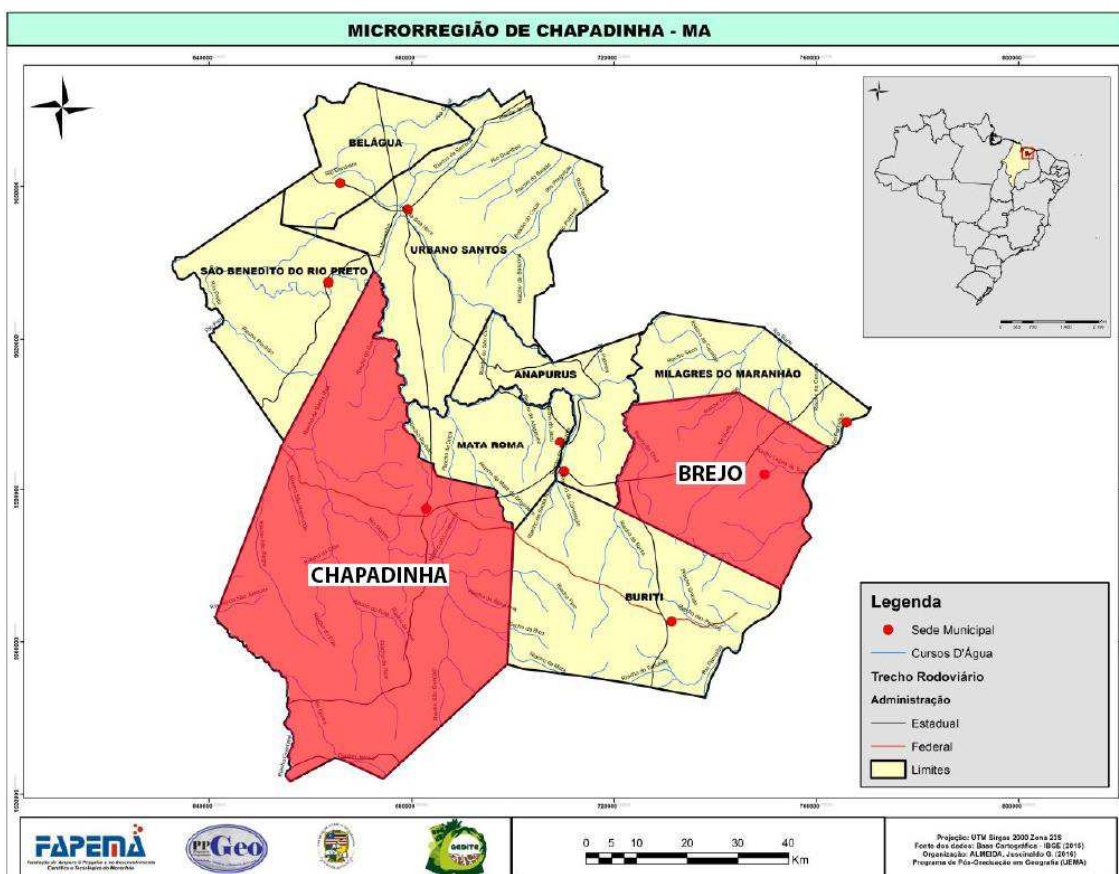
O segundo equivale ao de levantamento de dados realizados em trabalho de campo para melhor compreensão da moradia autoconstruída de descendentes de quilombolas sobretudo, os motivos por trás da organização espacial das mesmas e as técnicas utilizadas.

Para o terceiro momento foi destinada a etapa de sistematização e análise do material adquirido no trabalho de campo, assim permitindo direcionar as informações para um melhor entendimento e exposição do tema. E por fim, no quarto momento foi realizado a síntese do material de estudo levando em consideração as etapas relatadas anteriormente para apresentar um resultado capaz de expressar os objetivos deste trabalho.

O trabalho de campo se apresenta como o momento do contato direto com o objeto de estudo, possibilitando a avaliação e validade dos instrumentos pensados para sua compreensão e apreensão. Para orientação das entrevistas a serem realizadas através de conversa informal, o estabelecimento de contato prévio com lideranças contribuiu e foi de extrema importância para uma maior facilitação entre o pesquisador e as comunidades, assim como um maior conhecimento sobre a área de estudo.

Dentre os nove municípios da Microrregião de Chapadinha foram realizadas coletas de dados em Brejo e Chapadinha através da etapa do trabalho de campo. Porém não antes de definidos os questionários (Ver Anexo I) e métodos de registros iconográficos (fotografias, desenhos e representação gráfica), através de coleta de informações a partir de entrevistas semiestruturadas que permitem abertura para situações novas postas pelos entrevistados, indispensáveis para organizar as observações gerais.

Figura 13 - Municípios onde foram realizados os trabalhos de campo.



Fonte: MATTOS JUNIOR E ALMEIDA, 2016. Editado pelo Autor.

Entre as comunidades visitadas no município de Brejo estão as comunidades de São Raimundo, Faveira e Vila das Almas que fazem parte do território quilombola de Saco das Almas. Enquanto em Chapadinha foram visitadas as comunidades de Barro Vermelho e Lagoa Amarela, uma das mais antigas comunidades descendentes de quilombolas do Estado do Maranhão. Na tabela 3 é possível observar o total de comunidades quilombolas nestes dois municípios assim como seus nomes, já na tabela 4 é apresentado o quantitativo de moradias levantadas, sendo as caracterizadas como tipologia mista as que possuem mais de uma técnica construtiva aplicada, neste trabalho representado pelo adobe ou taipa acompanhado da utilização do tijolo cerâmico.

Tabela 3 – Relação das comunidades quilombolas em Brejo e Chapadinha.

MUNICÍPIOS	QUILOMBOLAS	TOTAL
BREJO	DEPÓSITO, ALTO BONITO, ÁRVORE VERDE/ ESTREITO, ÁRVORES VERDES, BOA ESPERANÇA, BOA VISTA, BOCA DA MATA, BOM PRINCÍPIO, BREJO, CRIULLS, DATA ARRAIAL, ESCALVADOS, FAVEIRA, FORQUILHA, FUNIL, GUARIMÃ, MATO DE CIMA, MILAGRES, PICADA CRIOULLS, SACO DAS ALMAS, SANTA ALICE, SANTA TERESA, SUCURIJU, TIMBARA, VILA CRIOLLS, VILA DAS ALMAS	26
CHAPADINHA	BARRO VERMELHO, BOA HORA, BOM FIM, CAMPESTRE, CARNAUBAL, CENTRO DOS PRETOS, CHICO DIAS, CURRALINHO, CUZINHO, DESTINO, ESTRELA, JOÃO INÁCIO, JUCARAL, LAGOA AMARELA, MATA DA COTICODA, PITOMBA, POÇO DE PEDRAS, PRATA DOS QUIRINOS, RIACHO GRANDE, SANTA MARIA DO Ó, TABULEIRO DOS PRETOS, URUGUAIANA	22

Fonte: GOMES, 2015

Tabela 4 – Quantitativo das moradias levantadas em cada comunidade.

MUNICÍPIOS	GRUPO SOCIAL	POVOADOS		TIPOLOGIA		
		Nome	Casas Levant.	Taipa	Adobe	Outros
Brejo	Quilombolas	S. Raimundo	6	0	5	1(mista)
		Faveira	6	1	5	
		Vila Almas	5	1	3	1(mista)
Chapadinha	Quilombolas	Barro Vermelho	4	4	0	
		Lagoa Amarela	4	3	1	
		Total:	25	9	14	2

Fonte: LATESE, 2018.

7.2. Território Saco das Almas - Povoado São Raimundo, Povoado Faveira e Povoado Vila das Almas

Saco das Almas é o nome do território quilombola compreendido dentro da área de dois municípios da Microrregião de Chapadinha, os municípios de Brejo e Buriti. É formado por sete comunidades quilombolas: Vila das Almas, Vila São José, Vila Criolls (Crioli ou Criulis), Pitombeira, São Raimundo, Faveira e Santa Cruz, estando esta última em busca da emancipação do grupo, para que dessa maneira possa constituir uma comunidade independente.

Figura 14 - Localização Território Saco das Almas.



Fonte: Google Maps. Editado pelo autor

De acordo com estudos antropológicos e certificação realizada pela Fundação Cultural Palmares, Saco das Almas se constitui como território quilombola, que remonta aos descendentes do antigo escravo “Timóteo”, a quem coube à fundação do lugar. Em função de sua participação em 1822, na guerra pela Independência do Brasil, ganha a terra e funda o grupo. Após ter lutado em defesa de uma autoridade oficial, ainda no período imperial, como recompensa pelo serviço prestado, foi-lhe dada autorização por meio de uma carta de sesmaria para morar na Data Saco das Almas. (AYRES, 2002, p.17 apud VIANA e BENJUMEA, 2017).

A Data Saco das Almas, possui uma área total de vinte e três mil, cento e três hectares. Sua Desapropriação (Decreto nº 76.896) ocorreu no dia 23 de dezembro de 1975, publicado no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1976 (um ano depois). A época, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MA), desapropriou toda a Data, indenizando todos os proprietários que lá residiam. (VIANA e BENJUMEA, 2017).

Segundo Viana e Benjumea (2017), na ocasião da demarcação da área, foram medidos somente onze mil, setecentos e vinte e um hectares. E, embora tenha havido a desapropriação, os quilombolas atribuem à usurpação efetiva pelos fazendeiros e fraudes permitindo a inclusão de particulares como proprietários o fato do INCRA, haver desapropriado menos de uma parte dos hectares do território, destinados às várias famílias do lugar. Alguns ex-proprietários insistiram em permanecer na área, causando conflitos com os quilombolas locais.

Os antigos moradores contam que foram “forçados a abandonar a área sob ameaças mais explícitas de violência contra suas famílias”. Muitos mudaram-se para as regiões periféricas de grandes cidades como São Paulo, São Luís, Goiás e cidades vizinhas como Chapadinha e Vargem Grande. [...] Em 2011, intensificou-se a quantidade de documentos protocolados na comarca do município de Brejo, solicitando a intervenção do Poder Judiciário para assegurar a efetivação do direito a identidade. Os conflitos, só fortaleceram a luta dos quilombolas pela retomada de seu território e por seu direito de existir e se identificar. Cabe ao Estado definir e demarcar a terra e controlar os conflitos na área que sempre estiveram presentes enquanto dados estruturais na região. (VIANA E BENJUMEA, 2017)

Os autores Viana e Benjumea (2017) ainda discorrem sobre a chegada dos fazendeiros ao território, fazendeiros denominados pelos moradores de “gaúchos”, foi marcada por um processo de grilagem na qual muitas terras foram vendidas ilicitamente. Os moradores que permanecem no local, são forçados a situações impostas por grandes proprietários de grandes campos de soja, através de coações realizadas pelos grandes empreendimentos e aos poucos sem outras alternativas, enquanto os fazendeiros tomavam conta de áreas cada vez maiores, os quilombolas passaram a trabalhar para eles nas terras que antes eram suas.

Quando se olha os extensos campos de soja sendo preparados para plantio, é possível recorrer ao período histórico de quando o grupo do vaqueiro Raimundo Gomes e de Francisco dos Anjos, líderes da Balaiada, se deslocavam de um lugar para outro, especialmente naquela região, combatendo na primeira metade do século XIX, com os grandes proprietários de terra, coronéis, latifundiários e o governo que oprimia os menos favorecidos e desprovidos de direitos. Os balaios lutavam por respeito, por dignidade, pela vida, contra a escravidão. (VIANA E BENJUMEA, 2017)

Com o aumento das áreas de domínio dos “gaúchos” e expansão do cultivo da soja as comunidades passaram a ser expostas ao uso de agrotóxicos nas plantações e a conseqüente contaminação do ambiente e das pessoas dela resultante, trazendo medo a população a respeito de sua saúde e alimentação visto que a maior parte da comunidade possui como principais atividades econômicas o extrativismo vegetal – a coleta de frutas, do coco de babaçu, da carnaúba, bacuri -, da criação de animais e agricultura de pequeno porte – produção de arroz, feijão e mandioca, entre outros. (VIANA e BENJUMEA, 2017).

O artesanato também é um forte aliado no desenvolvimento econômico gerando grande parte da renda dos povoados, entre eles estão o crochê, tarrafa e peneira. (KROGH, 2018)

Ainda segundo Krogh (2018) no que se refere a educação, a instituição escolar do território é a escola Antônio Martins, a escola oferece ensino a partir da educação infantil até o ensino fundamental 1ª a 9ª série. No ano de 2015 existiam cerca de 464 alunos e 4 professores atuantes, a escola possui 4 salas, cantina, dois banheiros e pátio para os alunos.

Tratando-se da sua organização, de acordo com relatos dos autores Viana e Benjumea (2107) cada comunidade integrante do território de Saco das Almas possui uma associação de moradores, que é encarregada das atividades voltadas para projetos dentro da comunidade. Existe ainda outra associação que representa as demais de forma conjunta, a Associação de Vila das Almas, ainda de acordo com os autores, essa forma de organização representa o território como um todo, pois, embora haja especificidades, os quilombolas entendem a terra como um bem coletivo.

Dentre os Povoados que compõem a região de Saco das Almas, foram visitados os povoados de São Raimundo, Faveira e Vila das Almas, acompanhadas por lideranças locais que se dispuseram a atuar como guias

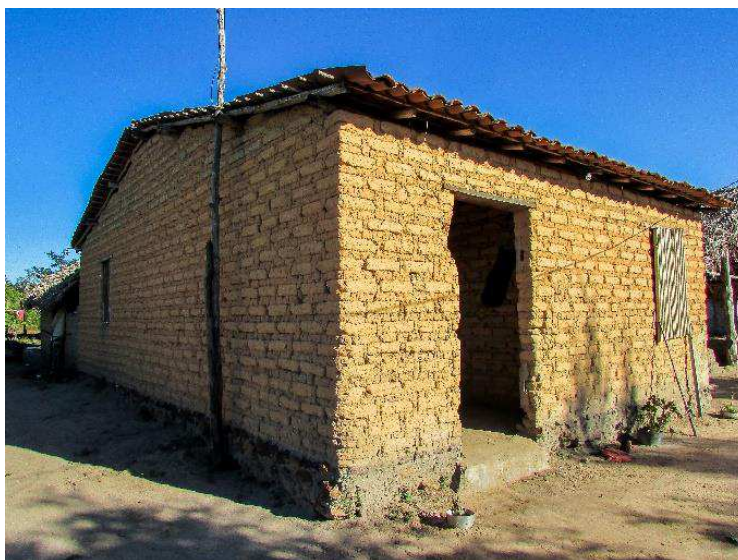
durante o trabalho de levantamento e facilitaram a introdução do estudo nos povoados.

7.2.1. Moradias autoconstruídas em Saco das Almas, Brejo.

Durante a realização do trabalho de campo nos povoados de São Raimundo, Faveira e Vila das Almas foram levantadas dezessete moradias, duas de taipa de mão e treze delas construídas a partir da técnica construtiva de blocos de adobe, sendo que, em dois casos em particular foi observado a utilização mista de técnicas, uma moradia que possui tanto os blocos de adobe quanto tijolos cerâmico.

De acordo com as declarações dos residentes do povoado, as moradias foram inicialmente feitas a partir da técnica de taipa de mão e posteriormente foram feitas utilizando o bloco de adobe coberto com palha, material este extraído dos arredores do lote ou na própria região, sendo observado também que nas duas aplicações, tanto na taipa de mão quanto no adobe, as moradias assumem uma forma predominantemente retangular.

Figura 15 - Casa Maria do Socorro – Adobe – Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 16 - Casa Lúcia – Taipa de mão - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

7.2.1.1. Implantação

Na maioria dos exemplos levantados não existe uma delimitação do terreno, apenas dois deles apresentam uma cerca que funciona como divisa da moradia com a via pública (ver Figuras 17 e 18). A construção é colocada no terreno de maneira que fique voltada para uma rua ou praça principal, o mesmo acontece com as portas de acesso e varandas, estas se localizam na fachada principal.

Figura 17 - Cerca - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 18 – Cerca - Casa José Almeida - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Outros elementos importantes são os anexos, as alterações e acréscimos são comuns e devido à grande força física necessária para a construção com o bloco adobe, alguns moradores optaram por utilizar técnicas, que para eles, fossem mais práticas, dentre elas a taipa de mão, foi possível ainda observar que alguns anexos são constituídos por tijolo cerâmico revelando uma utilização secundária deste material, dependendo do quesito financeiro e domínio do sistema construtivo.

O anexo pode ser agregado à moradia, suas funções são diversas conforme a necessidade do morador, como por exemplo a casa da Dona Lucineide que possui um anexo de taipa de mão, onde fica a sala, contrastando com sua casa de adobe (ver Figura 21). No trabalho de campo foi possível observar alguns exemplos de anexos soltos, como a casa de forno, espaço para reuniões e refeições, muitas vezes o banheiro ou local para banho, um depósito externo ou o local de lavagem (jirau), como mostram as imagens a seguir.

Figura 19 – Anexo - Casa de forno - Casa Maria - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 21 – Anexo (Sala) - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 20 – Anexo - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 22 – Anexo – Banho - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

7.2.1.2. Coberturas

As coberturas observadas consistem em três tipos, a de palha, telha fibrocimento e a de telha cerâmica, no caso da utilização da palha foi notado um uso de madeiramento regional ou até mesmo do próprio lote devido a facilidade e domínio da técnica, já a cobertura de telha cerâmica possui uma execução de trabalho mais comercial utilizando o amadeirado padrão desse tipo de cobertura e a fibrocimento comparada a cerâmica é de menor custo e complexidade de manuseio sendo esta utilizada usualmente em anexos porém sendo possível encontrá-la em outros ambientes, como por exemplo na casa do seu Almeida onde o corpo principal da construção possui telha cerâmica e os anexos agregados a moradia são de fibrocimento e palha.

Figura 23 - Cobertura de palha - Casa Tatiane – Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 24 - Cobertura Telhas cerâmica, fibrocimento/palha - Casa Almeida - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

No que diz respeito a quantidade de caimentos da cobertura, é variável, dependendo muitas vezes do número de anexos da construção ou do planejamento feito na etapa de concepção do projeto em relação ao quantitativo de ambientes da moradia dessa maneira quando há uma necessidade de ampliação é possível que a configuração da cobertura permaneça ou se altere.

Ainda em relação a cobertura, em alguns casos, o pé direito não é favorável a ventilação e com o passar do tempo os moradores adotam a cobertura de telha cerâmica, com isso surge uma necessidade de uma alteração da volumetria da casa, mais especificamente desse pé direito, sendo utilizados comumente as técnicas já empregadas na construção (ver Figura 25) ou, como no caso da moradia da Dona Alexandra, o tijolo cerâmico (ver Figura 26) .

Figura 25 - Casa João Silva – Adobe - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 26 - Casa Alexandra – Adobe e Tijolo Cerâmico - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.2.1.3. Uso dos ambientes

A partir do estudo dos levantamentos realizados no trabalho de campo é possível fazer observações em relação a disposição dos ambientes internos das moradias. As dimensões gerais das casas variam de acordo com a quantidade de cômodos presentes na mesma, mas dentre estes ambientes podemos citar alguns que estão presentes na maioria das casas levantadas.

As varandas, elementos arquitetônicos de significativa importância para a socialização dos moradores com o resto da comunidade, são comumente posicionadas na fachada assim como no perímetro da construção. Das dezenove moradias levantadas onze apresentaram varanda, um dos exemplos é a casa da Dona Regina que possui um avarandado em toda a extensão principal da casa com cobertura de telha cerâmica (ver Figura 28).

Figura 27 - Varanda - Casa Dona Carla - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 28 - Varanda - Casa Regina – Adobe revestido - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

A sala possui importante papel na casa, é local de articulação entre os demais cômodos, é onde recebem visitas e eventualmente descansam, em redes ou sofás, integrando junto a varanda a parte de entrada do domicílio, sendo relevante à socialização dos moradores para com a comunidade. Foram encontradas moradias com uma ou duas salas.

Figura 29 – Sala – Casa Almeida – Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 31 - Sala - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 30 - Sala – Claudineia - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 32 - Sala - Casa Maria - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

A cozinha é localizada aos fundos, antecedida ou não de uma copa ou uma sala secundária, e possui relação direta com o quintal, tanto nos afazeres domésticos quanto no trabalho, deixando assim os espaços paralelos à cozinha

e sala como locais para os quartos, portanto este último sendo o ambiente de “encaixe”, posicionado nos locais vagos da construção, são locais de recolhimento utilizados para descanso, onde os moradores dormem em camas ou redes, sendo este o ambiente que se encontra com mais frequência nas casas, como é possível observar a partir de algumas moradias selecionadas do território de Saco das Almas (ver Figura 33).

Figura 33 - Divisão dos ambientes – Moradias selecionadas – Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Ainda sobre as moradias no território de Saco Das Almas, foram desenvolvidas volumetrias de 04 (quatro) moradias (ver Figura 34) que, de alguma forma, estampam os aspectos que mais se repetem nas construções levantadas:

- Figura (a): Moradia na forma quadrada com cobertura em telha cerâmica e cumeeira no sentido das fachadas laterais, paredes predominantemente em adobe, porém com a utilização do tijolo cerâmico para adequações, ausência de revestimento e de varanda na fachada principal.

- Figura (b): cobertura em telha cerâmica e com duas águas no corpo da casa principal, com a cumeeira no sentido longitudinal da construção, moradia em adobe no formato retangular com presença de avarandado e revestimento na fachada principal, utilização do tijolo cerâmico para ampliações e anexos.

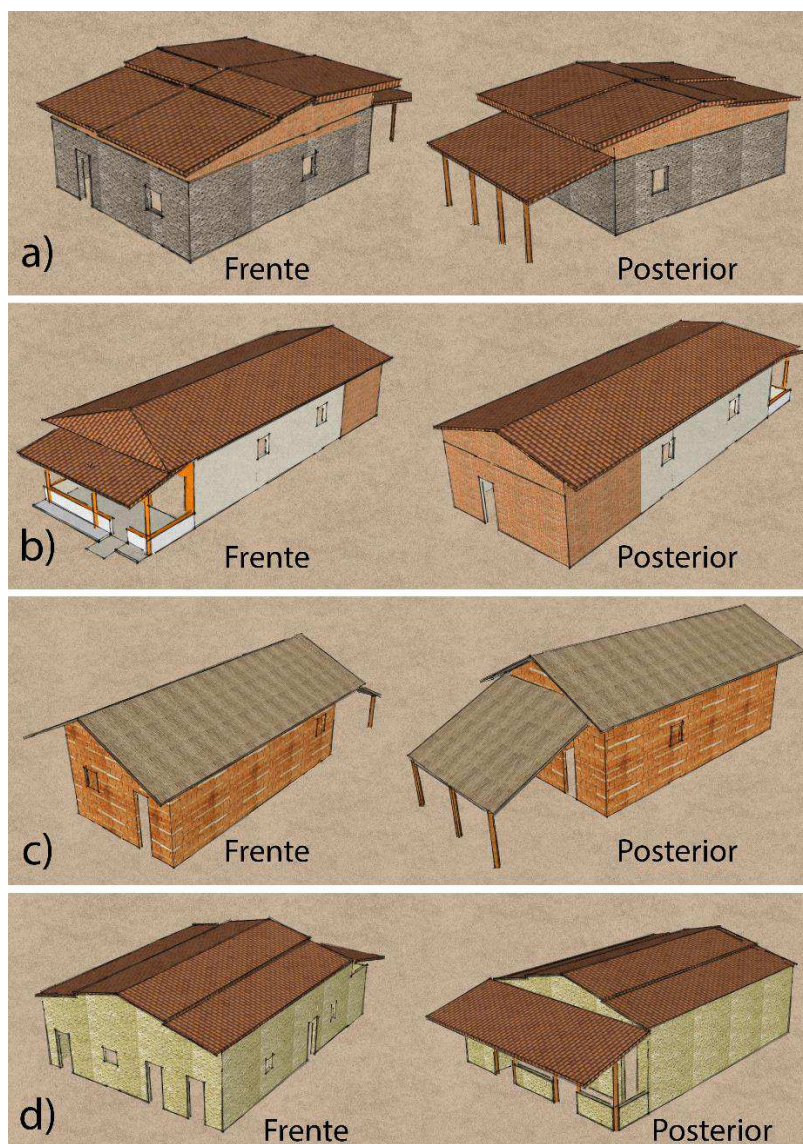
- Figura (c): Moradia de tapa de mão no formato retangular, com cobertura de palha e cumeeira no sentido longitudinal da construção, presença de “meia-água” também em palha.

- Figura (d): Moradia em adobe com cobertura de telha cerâmica com duas águas no corpo principal de cumeeira no sentido longitudinal da construção, fachadas sem revestimento e presença de avarandado na região posterior na moradia.

Outro fator que pode ser observado é a presença de aberturas em cômodos específicos e de maior permanência como a cozinha e os quartos para maior conforto ao dormir. Importante frisar que isto não é uma regra, a quantidade, tamanho e presença dessas esquadrias depende do morador ou da pessoa que construiu a moradia. Como consequência direta da quantidade e qualidade dessas aberturas, assim como a altura do pé-direito e material utilizado se nota a influência que estes elementos apresentam no microclima da casa, fazendo com que a temperatura e ventilação interna sejam mais agradáveis.

Foi observado que as construções em técnicas mais tradicionais possuem uma qualidade térmica mais razoável compara as casas de alvenaria de tijolo cerâmico, tanto pela conseqüente espessura das paredes quanto pelas propriedades da terra utilizada.

Figura 34 - Volumetrias de algumas casas do Território de Saco das Almas



Fonte: LATESE, 2018. Desenvolvida pelo autor.

Nas casas também é muito comum a presença algumas vezes de duas cozinhas, uma para receber os móveis destinados àquele ambiente, mesas, cadeiras, armários e a outra destinada a utilização de elementos característicos do rural, como o fogão a lenha feito de barro (ver Figura 36).

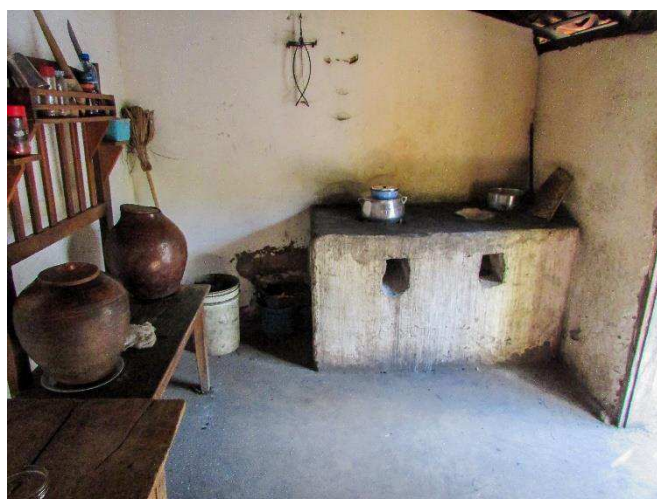
Elementos similares entre as moradias são perceptíveis no que tange o interior das construções levantadas, como por exemplo, o ambiente para armazenagem de alimentos e produção, o depósito (ver Figura 35).

Figura 35 - Depósito - Casa Luís Santiago - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 36 – Cozinha/Fogão a lenha - Casa Luís Santiago - Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

7.2.1.4. Revestimento e esquadrias

No que tange ao revestimento nota-se uma preocupação maior com a fachada principal em relação as fachadas laterais e ambientes internos, muitas vezes sendo a única parte da construção revestida. Também foi observado que dependendo da técnica aplicada há uma maior frequência de casas revestidas, as moradias de blocos de adobe são mais facilmente encontradas revestidas em relação as de taipa de mão, no trabalho de campo em Saco das Almas não foram

levantadas casas de taipa revestidas. No que se refere ao piso foram encontrados do tipo cerâmico, terra batida ou piso cimentado.

Figura 37 – Casa de Adobe Fachada principal revestida - Casa Manoel - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 38 – Casa de Adobe Fachada principal não revestida – Casa Alexandra Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Em relação as esquadrias há uma predominância da utilização da madeira nesses elementos, que conforme a técnica aplicada, adobe ou taipa, podem assumir características mais rudimentares, como o madeirame sem ser tapado das casas de taipa às mais sofisticadas com madeira aparelhada e dobradiças. No que diz respeito a separação dos ambientes internos foi constatado o uso de cortinas para o mesmo priorizando a utilização das portas para o exterior, essas que em sua maioria são feitas de madeira agrupadas com dobradiças ou apenas encostadas (ver Figuras 39 a 42).

Figura 39 – Janelas de madeira - Casa Francisco - Casa de Adobe - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 40 - Cortina separando ambientes - Casa Lucineide - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 41 - Porta de madeira e piso cimentado - Casa Manoel - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 42 - "Porta" de madeira encostada - Casa Maria - Território Saco das Almas, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.2.1.5. Equipamentos e mobiliário

O mobiliário é das moradias são simples e compostos majoritariamente de mesas de madeira ou plástico, cadeiras de plástico ou madeira, na sala é possível encontrar uma vez ou outra uma televisão e um conjunto de sofás, nos quartos foi observado a presença de camas e guarda-roupas assim como

armários que se repetem em vários ambientes, eletrodomésticos, como geladeira, às vezes fogão à gás e refrigerador.

Figura 43 - Mobiliário – Casa Alexandra - Território Saco das Almas, Brejo/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 44 - Armário – Casa Regina – Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 45 - Eletrodomésticos – Casa Carla – Território Saco das Almas, Brejo/MA.



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 46 - Quarto – Casa Manoel – Território Saco das Almas, Brejo/MA.



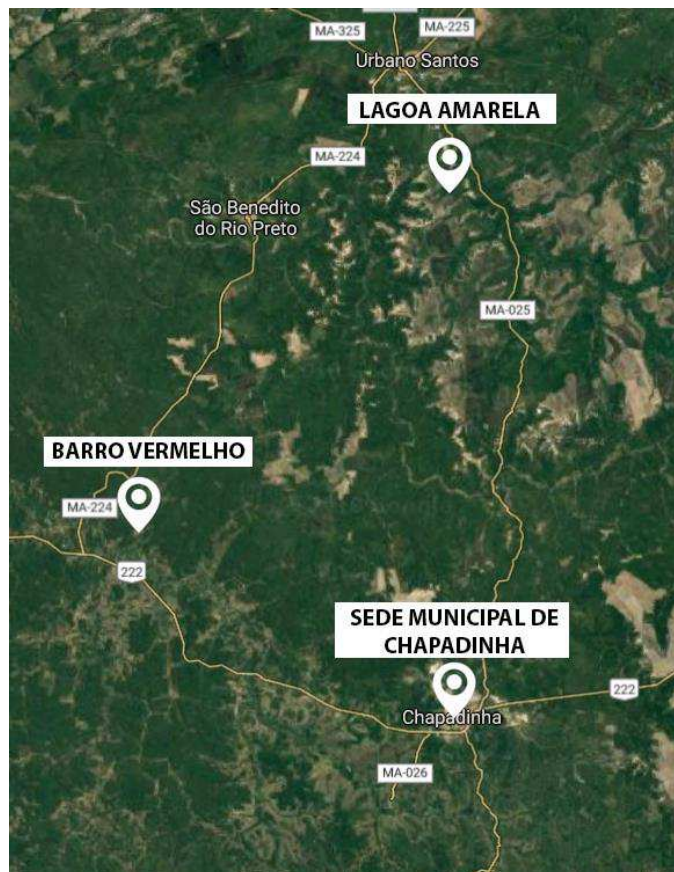
Fonte: LATESE, 2018

7.3. Povoados de Barro Vermelho e Lagoa Amarela

Localizado no município de Chapadinha, o Povoado Barro vermelho tem seu território situado próximo ao Rio Munim, a aproximadamente 34km da sede municipal, com uma área de 472.15 hectares, são aproximadamente 26 famílias residentes, o povoado ainda dispõe de certificação como área quilombola pela Fundação Cultural Palmares. Os moradores praticam a criação de pequenos

animais como galinhas caipiras, capotes, porcos e bodes, e mantem atividades de extrativismo como a coleta de babaçu e pesca.

Figura 47 - Localização Barro Vermelho e Lagoa Amarela



Fonte: Google Maps. Editado pelo autor

A comunidade ainda pratica a roça, no sistema corte e queima, sendo o tamanho do roçado reduzidos em função da pouca área. A produção oriunda dessa atividade chega a durar de três a cinco meses, e é utilizada para consumo próprio da família e alimentação da criação de animais. A renda agrícola é insuficiente para atender as necessidades das famílias durante o ano todo, mas importante para a segurança nutricional das mesmas. (OLIVEIRA NETO, 2018)

Segundo Oliveira Neto (2018), em relação aos serviços, esses são escassos. O posto de saúde e a escola mais próximos localizam-se em outra comunidade denominada Baturité. O transporte escolar não chega a

comunidade, por isso os jovens precisam se deslocar até a BR-222, aproximadamente 1,5km de distância para pegar o ônibus

Como característica das comunidades quilombolas o território tradicional é o local onde moram, mas também compõe esse território os lugares onde uma vez já moraram, onde colhem suas frutas e enterram seus mortos. Como registrado em Barro Vermelho, o espaço de vivência da comunidade transcende a moradia e se estende aos seus espaços produtivos como o espaço de extração de frutos, de criação e de pesca.

Já o povoado de Lagoa Amarela fica localizado a aproximadamente 48km da sede municipal e tem sua origem, segundo relatos, como parte da história da Balaiada quando Negro Cosme fundou um grande quilombo que, posteriormente, estendeu-se para Bom Sucesso e todo um corredor étnico que segue entre os municípios de Chapadinha e Mata Roma, chegando a Buriti e Coelho Neto. Nascido por volta de 1802, em Sobral no Ceará, Cosme Bento de Chagas chegou como negro alforriado ao Maranhão, ainda jovem – não se pode afirmar ao certas essas datas. O Negro Cosme tornou-se um dos líderes da Balaiada e reuniu 3 mil quilombolas e obteve o apoio de todos eles, o que trouxe a revolta traços raciais que poderiam ser facilmente relacionados a questão de desigualdade existente no local. Entre os quilombos que tiveram participação relevante na Balaiada podemos citar o Quilombo Lagoa Amarela era localizado no território que atualmente é o município de Chapadinha – MA. É importante também destacar a preocupação de Negro Cosme com a educação: é dele a primeira iniciativa (registrada) da criação de uma escola de ensino de leitura e escrita no quilombo, em Lagoa Amarela. (CUNHA, 1999, p. 81).

Certificados pela FCP como território quilombola, mas ainda possuindo a titulação, é estimado um total de vinte e quatro moradias dentro do seu território, com ruas de terra, acesso à energia elétrica e ausência de sistema de recolha de lixo, muitas vezes queimado no próprio lote, e tratamento de esgoto, as moradias possuem em seus arredores poços para a coleta de água e é composta por pequenos produtores de farinha, cultivos de hortaliças e criação de pequenos animais, a comunidade possui relações familiares entre seus moradores que demonstram grande apego pelo local.

7.3.1. Moradias autoconstruídas nos povoados de Barro Vermelho e Lagoa Amarela

No Povoado Barro Vermelho foram realizados levantamentos em quatro exemplares de moradias, todas elas construídas com taipa de mão, já em Lagoa Amarela, também foram realizados levantamentos em quatro exemplares, duas delas construídas com taipa de mão sem revestimento, uma de taipa de mão revestida e um exemplar de moradia construída com adobe e cobertura de telha cerâmica que além de moradia é o local de funcionamento de um bar mantido pelo dois irmãos residentes. Nenhuma delas possui uma delimitação do terreno através de cercas ou muros, outra característica de comunidades quilombolas onde a terra é um bem comum de toda a comunidade.

Figura 48 - Casa Maria do Carmo - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 49 - Casa Ildene - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 50 - Morador ausente - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 51 - Casa Roseane - Taipa - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Construídas com materiais encontrados nos arredores da comunidade, as casas foram feitas em um intervalo de tempo que varia entre um e três meses entre os exemplares levantados, com a necessidade de troca da palha de suas coberturas em determinados intervalos de tempo e reparos na taipa que constitui sua vedação.

Figura 52 - Casa Cesar - Adobe - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 54 - Casa Dagmar - Taipa Revestida - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 53 - Casa Clavildo - Taipa - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 55 - Casa Raimundo - Taipa - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.3.1.1. Implantação

Não diferente das moradias levantadas em Saco das Almas a implantação das construções em Lagoa Amarela e Barro Vermelho seguem a mesma linha

privilegiando o acesso principal e, no caso de existência, a varanda voltada para uma rua ou área comum na comunidade.

No fundo das residências foi possível observar a existência de anexos, majoritariamente construídos na mesma técnica utilizada na casa, com algumas ressalvas para a utilização de tijolo cerâmico, alguns exemplos vistos foram a casa de forno, galinheiro, banheiro e o jirau.

Figura 56 – Anexo (Banheiro) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Figura 57 - Anexo (Jirau) - Casa Roseane - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Fonte: LATESE, 2018.

Figura 58 - Anexo (Banho) - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 59 - Anexos (Casa de Forno - esquerda) e (Galinheiro - direita) - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.3.1.2. Cobertura

No que tange a cobertura foram encontrados dois tipos, a de palha, sendo encontrada com maior frequência e presente em sete das oito moradias levantadas e um exemplar de telha cerâmica, existente na moradia de adobe (ver Figuras 60 e 61).

Figura 60 – Cob. telha cerâmica - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 61 - Cobertura de palha - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Outro ponto a ser exposto sobre as coberturas de palha é que elas possuem uma característica em comum, o uso de dois pontos de apoio que sustentam toda a sua estrutura, tais pontos são feitos com grossas colunas de madeira retiradas de arvores encontradas na região, tal como a carnaúba e inhaúba auxiliados por outros pontos de apoio com menores espessuras que são encontrados principalmente em casas com a presença de alpendres (ver Figuras 62 e 63). A presença deste tipo de madeira e aplicação reforça a importância do saber tradicional na escolha do material e da dinâmica de expansão que esses elementos podem exercer de acordo com a necessidade do morador.

Figura 62 - Ponto de sustentação da cobertura - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 63 - Sustentação secundária - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.3.1.3. Uso dos ambientes

Observando as organizações internas das moradias levantadas, é possível perceber, a sala como o ambiente de acesso, no entanto temos como principal ponto de permanência a cozinha, onde fica localizado o fogão feito com barro e a lenha, e principal ponto de ligação entra a casa e as tarefas produtivas no quintal, tais como a quebra do coco babaçu, secagem de arroz, preparação da mandioca para fabricação de farinha e confecção de redes de pesca.

Figura 64 - Preparação da mandioca - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 65 - Secagem do arroz - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 66 - Redes de pesca - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Os quartos atingem dimensões variadas, dependendo da frequência e permanência neste ambiente ele pode atingir medidas de largura ou

cumprimento entre 3 a 8 metros, enquanto que a cozinha pode atingir entre 6 a 15 metros, evidenciando nas dimensões da moradia a prioridade espacial que o morador dá para ambientes de maior estada.

Figura 67 - Quarto - Casa Ildilene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 68 - Quarto - Casa Maria do Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

As varandas, apesar de presentes nos povoados, são menos frequentes nas construções em comparação com as moradias em Saco das Almas, apenas três das oito casas levantadas apresentam varandas, são comumente feitas de madeira da região e cobertas de palha sendo responsáveis por grande quantidade da metragem presente nas moradias.

Figura 69 - Varanda - Morador ausente - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 70 - Varanda - Casa Maria do Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 71 - Divisão dos ambientes – Moradias levantadas –Barro Vermelho e Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



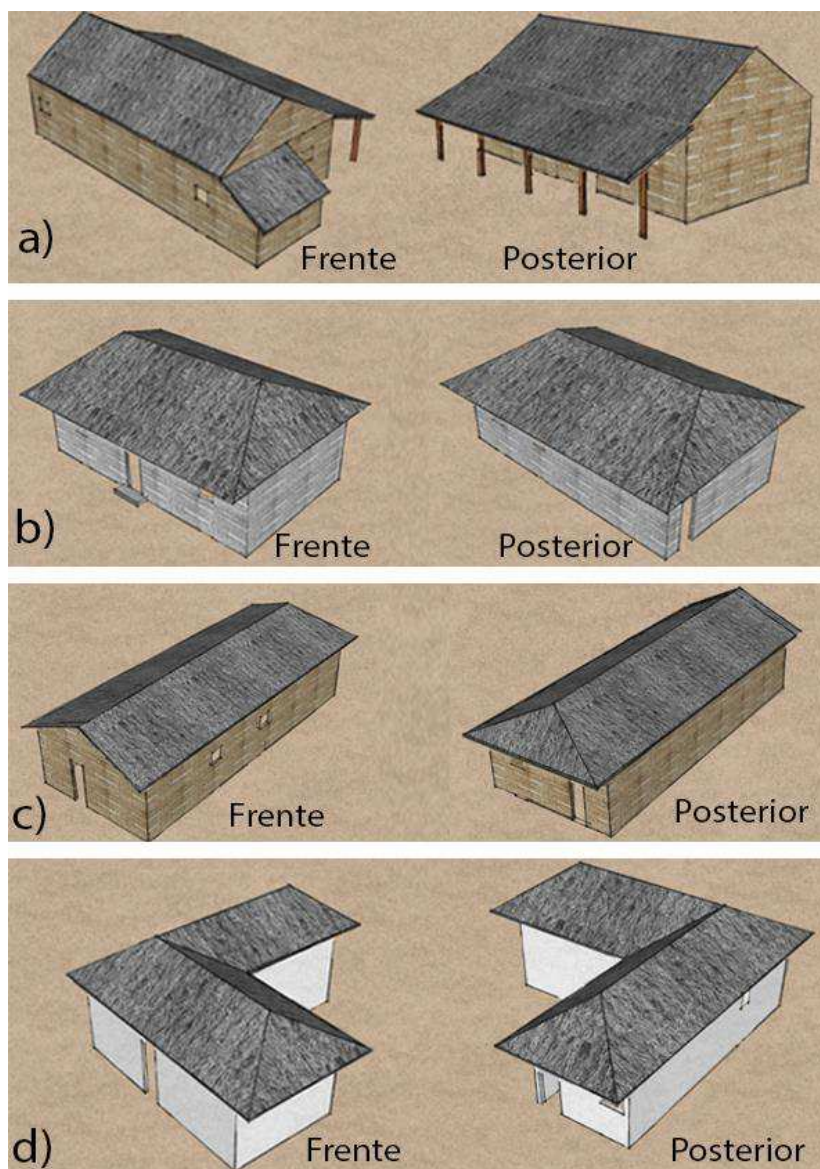
Fonte: LATESE, 2018.

Assim como feito em Saco das Almas, foram desenvolvidas quatro volumetrias das casas estudadas, que, de alguma maneira representam as características gerais das construções nos dois povoados (ver Figura 72):

- Figura (a): Construção retangular totalmente em taipa de mão não revestida com anexos possuindo cobertura de palha de duas águas no corpo da casa principal, com a cumeeira no sentido longitudinal da moradia e avarandado na fachada que se estende da cobertura principal.
- Figura (b): Construção em taipa de mão de forma retangular sem anexos agregados a moradia e com cobertura de quatro águas de palha.
- Figura (c): Construção em taipa formato retângulo alongado com cobertura de três águas de palha e cumeeira no sentido longitudinal da moradia.
- Figura (d): Construção em taipa de mão completamente revestida em forma de “L” com cobertura em palha com mais de quatro águas.

Assim como foi dito anteriormente, tanto nas comunidades visitadas em Chapadinha quanto em Brejo foi possível averiguar a relevância das aberturas para o fator climático da moradia. O material utilizado e concepção do construtor são imprescindíveis para uma qualidade térmica na construção assim como o material e técnica utilizados, nota-se nos exemplares expostos uma ausência quantitativa em esquadrias, porém na maioria das casas levantadas o fator temperatura não foi um problema, as casas possuem uma sensação térmica razoável, contudo é importante realçar que a ventilação e iluminação são afetadas com essa ausência, trazendo um aspecto abafado e escuro às casas.

Figura 72 - Volumetrias de algumas casas estudadas em Barro Vermelho e Lagoa Amarela.



Fonte: LATESE, 2018, desenvolvido pelo autor

7.3.1.4. Revestimentos e esquadrias

No que se refere ao revestimento somente duas moradias possuíam algum tipo, a da Dona Dagmar, que possui uma moradia de taipa totalmente revestida no seu exterior e interior, a do Cesar, dono do único exemplar de adobe levantado em Chapadinha, revestida completamente na parte externa e parcialmente na parte interna (ver Figuras 73 a 76). O piso é frequentemente de chão de terra batida simples ou cimentado.

Figura 73 - Taipa revestida (externo) - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 75 - Taipa revestida (Interno) - Casa Dagmar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 74 - Adobe revestido (Externo) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 76 - Adobe revestido (Interno) - Casa Cesar - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

No que diz respeito as esquadrias, elas são todas feitas com madeira e possuem pequenas espessuras, as portas seguem as mesmas características, sendo observado ainda a existência de pequenas aberturas sem qualquer tipo de fechamento para possibilitar uma melhor iluminação dos ambientes internos, outra constatação foi o uso de tecidos que é recorrente no que se refere a passagem de um ambiente a outro da casa, dessa maneira sendo utilizados para fins estéticos ou de privacidade.

Figura 77 - Abertura sem fechamento - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 78 – Janela uma folha de madeira - Casa Roseane - Povoado barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 79 - Separação com tecido - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

7.3.1.5. Equipamentos e mobiliário

Em relação ao mobiliário, em boa parte das moradias, é provável encontrar eletrodomésticos, fogões a gás e/ou a lenha, geladeira e refrigerador, mesas de madeira, cadeiras de plástico, televisão na sala e em um dos casos a presença de sofás, os quartos possuem camas, redes e armários, estes últimos também vistos espalhados pela casa. Um ponto em relação ao fogão a lenha é que ele pode ser localizado em seu interior ou em anexos próximos a moradia, sendo este mais utilizado devido ao menor custo.

Figura 80 - Armário e fogão a gás - Casa Carmo - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 82 - Fogão a lenha e mesa de madeira - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 81 - Mobiliário de madeira e geladeira - Casa Ildene - Povoado Barro Vermelho, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

Figura 83 - Sala/ Cadeiras de plástico e redes - Casa Raimundo - Povoado Lagoa Amarela, Chapadinha/MA



Fonte: LATESE, 2018.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos poucos estudos sobre as moradias de descendentes de quilombolas e do desconhecimento de seus modos de vida em uma realidade camponesa, o presente trabalho sobre a autoconstrução dentro destas comunidades na Microrregião de Chapadinha, buscou contribuir para um estudo que auxilie na compreensão da produção da casa a partir deste método, com a intenção de identificar a moradia autoconstruída dos descendentes de quilombolas a partir dos sistemas construtivos tradicionais, taipa de mão e adobe, e como os mesmos condicionam a concepção e desenvolvimento da moradia autoconstruída.

No que se refere a questões como serviços básicos de qualidade, como saúde, educação, saneamento, renda e outros, fica claro que estas comunidades possuem uma dependência e falta de vontade política, econômica e social, para usufruem destes serviços.

Foi visto também que a produção neste grupo varia de acordo com os recursos disponíveis e com o processo de sua formação, não diferente é a moradia onde a terra adquirida e os saberes passados de geração em geração permitiu uma compressão da importância da moradia ligada e como a mesma é dinâmica e se molda às necessidades da família, fora dos padrões urbanos, com forte ligação com a terra e a natureza.

A partir desta ligação com a terra é que os moradores dos povoados visitados utilizam o material que a natureza oferece e aplicam seus saberes no que se refere a construção em terra, para com isso construírem suas casas ou um anexo no lote, desde a fundação até as esquadrias, é possível observar que se trata de uma arquitetura de sobrevivência, com defeitos e manutenções constantes, mas as técnicas aplicadas existem para seu aperfeiçoamento e não erradicação, para isso é importante que exista um incentivo para aplicabilidade das técnicas, a partir do que foi exposto neste trabalho com ênfase no Adobe e Taipa de mão, assim como pensar em políticas públicas de habitação concordantes com tal realidade.

O espaço da moradia do povoado "demonstra costumes específicos, percebidos no arranjo e organização dos anexos do lote e dos cômodos da casa,

na disposição das atividades cotidianas referentes ao morar e trabalhar, que são desenvolvidas neste ambiente, nas relações sociais envolvidas na construção de casas, nas atividades de lazer e de produção, havendo uma preocupação com a coletividade, nos saberes de técnicas tradicionais que esta população adquiriu com o tempo". (VIEIRA, 2017, p. 86)

As moradias estudadas, ainda que possuindo limitações do ponto de vista técnico formal, possibilitaram conhecer, os processos e relações sociais envolvendo a mesma, demonstrando que a realidade do rural e das comunidades descendentes de quilombolas possuem atributos singulares e que suas práticas ainda são presentes no Maranhão, necessitando de valorização e apoio para que seja possível assegurar a permanência destes saberes e tradições indispensáveis para a autoconstrução e habitação.

REFERÊNCIAS

ABIKO, A. K.; COELHO, L. O. **Procedimentos de gestão de mutirão habitacional para população de baixa renda.** In Ambiente Construído. Porto Alegre, V.04. N.1, p.7-20, 2004. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/download/3512/1916>> Acesso: 16 de abril de 2018.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – São Paulo, 1998.

_____. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Texto para discussão nº 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 31 p.

ALVARENGA, M. A. A. **A arquitetura de terra como instrumento de desenvolvimento social.** In: WORKSHOP - ARQUITETURA DE TERRA, São Paulo, outubro de 1995. Anais., FAU -USP, São Paulo, 1995, p. 107-13.

ALMEIDA, Jucinaldo Goes; JUNIOR, José Sampaio de Mattos. **A dinâmica da produção de soja no município de Brejo (ma) e seus reflexos na produção agrícola Camponesa.** UEMA, São Luís, 2016.

AUGUSTO, C.; BASTOS, R. **Moradia informal vive boom.** O Estado de São Paulo, São Paulo, 3 ago. 1997. Caderno C, p. 1.

ARAUJO, Francisco Elias de. **Desafios da reforma agrária, no contexto do desenvolvimento dependente no estado do maranhão: um estudo de caso da microrregião de chapadinha.** UFSC, Santa Catarina, 2015.

ARRUDA, Andréa Figueiredo. **O espaço "concebido" e o espaço "vivido" da morada rural: políticas públicas x modo de vida camponês.** 2007.

Dissertação (Mestrado em Paisagem e Ambiente) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. doi:10.11606/D.16.2007.tde-19052010-094729.

ATLAS BRASIL. **Brejo, MA**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em 6 de outubro de 2018.

_____. **Chapadinha, MA**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/>>. Acesso em 9 de outubro de 2018.

AYRES. Genny Magna de Jesus Mota. **Pretos, Brancos e Agregados em Saco das almas**. Salvador, Bahia, 2002. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais)

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Vivendo na desigualdade: Tensões, conflitos e mobilização social no meio rural maranhense**. Fórum de Pesquisa *Culturas das Desigualdades*, organizado pela Comissão de Relações Étnicas e Raciais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 2008.

BOSMA, Koos; HOOGSTRA TEN, Dorine van; VOS, Martijn. **Housing for the millions: John Habraken and the SAR (1960-2000)**. Belgium: NAI Publishers, 2000.

BOTELHO, Adielson Correia; DINIZ, Juarez Soares. **A produção da soja em territórios tradicionais da agricultura familiar na microrregião de chapadinha maranhão**. UFU. Uberlândia, MG, 2012.

BRANDÃO, M.G.S. Bioconstrução: **Aplicabilidade no Meio Rural como Forma de Desenvolvimento Sustentável e Possibilidades de Uso no Ambiente Urbano**. Maringá, 2009.

BRANDÃO, M.G.S. **Ecologia Urbana – Potencialidades e Possibilidades: Sustentabilidade na Construção Civil. 2009.** Monografia (Especialização em Engenharia Urbana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRANDEMBURG, Alfio. **Do rural tradicional ao rural socioambiental. Ambiente e Sociedade.** Campinas v. XIII, n.2. p. 417-428. jul-dez. 2010.

BURNETT, Carlos Frederico Lago; FARIAS, Andrea Garcez de; GOMES, Amanda Marques; VIEIRA, Nubiane da Fonseca. **Habitação, produção e sociabilidade no meio rural.** Fórum Habitar, MG, Belo Horizonte, 2017.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 11^a ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2010.

CARVALHO, Dionatan Silva. **Pobreza Rural no Maranhão: uma análise a partir das características das famílias residentes em área rural no período de 2000 a 2010.** Programa de pós-graduação em desenvolvimento socioeconômico. UFMA, São Luís, Maranhão. 2013.

CAVICCHIOLI, Andrea. **Atlas da arquitetura em terra: Ocorrência, distribuição geográfica e características físico-químicas do patrimônio histórico edificado com terra no Estado de São Paulo.** Escola de artes, ciências e humanidades, São Paulo. 2016

COSTA, Samayra Rejane Santos. **Modalidade informal de provisão habitacional: autoconstrução urbana. Um estudo de caso em São Luís – MA.** 2018

CUNHA, Perses. M. da. **Da senzala à sala de aula: como o negro chegou à escola.** In: OLIVEIRA, L. (coord.) **Relações raciais no Brasil: alguns determinantes.** Niterói: Intertexto/UFF: 1999.

DAM - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO DAS APLICAÇÕES DE MADEIRAS NO BRASIL, **Taipa em painéis modulados,** C.SG. CEDATE, Brasília, 1988.

DI MARCO, A.R. **Pelos caminhos da terra.** Projeto., 1984, n.65, p.47-59, jul. ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1959. v. 15. p. 145-149.

ESPINOZA E GRAPPI, **Novas-velhas questões? [Re]visitando as teorias de John F. C. Turner sobre a “cidade informal” no Brasil.** São Paulo 2017.

FARIAS, Andrea Garcez de. **A moradia rural do povoado de São Miguel dos Correias, Cajari, Maranhão.** Universidade Estadual do Maranhão, São Luís. 2018.

FATHY, Hassan. **Construindo com o povo: arquitetura para os pobres –** tradução de Maria Clotilde Santoro – Rio de Janeiro: Salamandra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

_____. **Natural energy and vernacular architecture: principles and examples with reference to hot arid climates.** Chicago: The University of Chicago Press, 1986.

FURTADO, Marivania Leonor Souza. **Aquilombamento no Maranhão: Um rio grande de (im)possibilidades.** 2012, Tese (Pós-Graduação em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo, 2012.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos: Uma história do campesinato negro no Brasil.** Editora Claro Enigma, 2015.

GONZAGA, Norberto. **Angola: pequena monografia** / Norberto Gonzaga. - Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1965 (Lisboa: Tipografia Silvas, Lda, 1965. - 286 p.: il., quadros, gráficos, mapas.

GRESSLER, Sandra Christina, **Habitação e design. Um estudo comparativo entre residências em Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil, e Columbia, Missouri, E.U.A.** Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo programa de pós-graduação do departamento de arquitetura e urbanismo, eesc-usp. 2007.

GUIMARÃES, A.G. **Dinâmica da soja no Cerrado da microrregião de Chapadinha-MA: sua inserção no município de Anapurus.** 2012. 130f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sócio-Espacial e Regional) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2012.

IBGE. Censo Demográfico de 2010. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária.** Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>. Acesso em: 10 Dez. 2017.

JACOBI, P. **Autoconstrução: mitos e contradições** In Revista Espaço & Debates, Ano I, n. 3, set.1981, p. 21-44.

KAPP, S.; BALTAZAR DOS SANTOS, A.P.; VELLOSO, R.C.L. **Morar de outras maneiras: pontos de partida para uma investigação da produção habitacional.** *Topos*, v.4, p.34-42, 2006.

KROGH, Josiane. **O ensino na comunidade Saco das Almas: Um estudo sobre o desenvolvimento da educação básica.** 2018. 28f. Trabalho de

conclusão de curso (Licenciatura em Línguas e códigos/ Língua Portuguesa, Universidade Federal do Maranhão – UFMA), 2018.

LEMOS, C. A. C. **Cozinhas, etc.: Um estudo sobre as zonas de serviço da casa popular.** São Paulo: Perspectiva S.A. 1976.

LOPES, W. G. R. **Taipa de mão no Brasil: levantamento e análise de construções.** São Carlos, 1998. 232p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura, área de concentração Tecnologia do Ambiente Construído) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

MARICATO, E. **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.** Cadernos Metrópole, n.21, p. 33-52, 2009.

_____. **Autoconstrução, a Arquitetura Possível** In MARICATO, E. (Org.) *A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.* São Paulo: Alfa-Omega, 1982, p. 71-93.

MATTOS JUNIOR, J. S.; HESPANHOL, A. N. **Assentamentos rurais: construção e reconstrução de territórios no maranhão.** 2010. Apresentação de trabalho/Simpósio.

MATTOS JUNIOR, J. S.; ALMEIDA, Jucinaldo Goes. **A dinâmica da produção de soja no município de Brejo (ma) e seus reflexos na produção agrícola Camponesa.** Campo-território: revista de geografia agrária, v. 11, n. 24, p. 374-399, ago., 2016.

NEVES, Célia M. Martins; FARIA, Obede Borges; ROTONDARO, Rodolfo; SALAS, Patrício Cevallos; HOFFMAN, Marcio V. **Seleção de solos e métodos de controle na construção com terra: Práticas de campo.** Rede Ibero-americana Proterra. Janeiro, 2010.

NEVES, Célia; FARIA, Obede Borges (Org.). **Técnicas de construção com terra**. Bauru, SP: FEB-UNESP/PROTERRA, 2011. 79p.

NOGUEIRA, Priscilla. **Discutindo a lógica da autoprodução de moradias**. Campinas, p.57-72, 2013.

OLIVEIRA, F. **O Vício da Virtude: Autoconstrução e Acumulação Capitalista no Brasil** In Novos Estudos CEBRAP, nº 74, São Paulo, março 2006.

PINHEIRO, A. P. S. C. **Modo de olhar: metodologia para o estudo de moradias rurais**. 2011. 224 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil: Estruturas e Construção Civil) - Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

OLIVEIRA NETO, Ivo Rodrigues de. **Avaliação de sustentabilidade nos sistemas de rodução da comunidade quilombola de Barro Vermelho, Município de Chapadinha – MA**. Chapadinha, Maranhão. 2018

PORTAL BRASIL. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/fundacao-palmares-certifica-29-comunidades-quilombolas>>. Acesso em 26 de novembro de 2018.

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL. Disponível em: < <https://pib.socioambiental.org/pt> >. Acesso em: 23 de janeiro de 2018.

Projeto Vida de Negro – 10 anos de luta pela regularização e titulação das Terras de Preto do Maranhão. Organizado por SMDDH/CCN em 1998.

SCHMIDT, Carlos Borges. **Construções de taipa: alguns aspectos de seu emprego e da sua técnica**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, 1946.

Situação de Saneamento oriundos do Sistema de Informação da Atenção Básica (SIAB). Disponível em <
<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?siab/cnv/SIABCbr.def>> Acesso em 27/10/2018.

SOURCE, Labelle Prussin. **An Introduction to Indigenous African Architecture: The Journal of the Society of Architectural Historians.**1974

SOUZA, Clara Raissa Pereira de. **Política de habitação rural no Maranhão: Da moradia camponesa à "casa do governo"**. Dissertação de Mestrado, UEMA, São Luís, 2017.

SILVA, Aichely Rodrigues da; CUNHA, Vladeir Vieira da. **A luta pela terra no Maranhão: Caso do Bico do Papagaio.** UFU, Uberlândia, Minas Gerais, 2012.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: Sistemas construtivos.** Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1979.

VIANA, Keliane da Silva; BENJUMEA, Diego Fernando Carvajal. **Num ano era feijão e no outro era soja: O discurso de desenvolvimento como estratégia dos gaúchos para aquisição de terras no leste maranhense.** II Seminário Nacional GPELD – Linguagens, discursos e práticas culturais. Maranhão, 2017.

VIDAL, Fernando Edmundo Charmont. **A autoconstrução e o mutirão assistido como alternativas para a produção de habitação de interesse social.** UNB, Brasília, 2008.

VIEIRA, Nubiane Fonseca, **Espaço da moradia rural no povoado de Pequizeiro, Belágua, Maranhão.** 2017

TERRAS INDÍGENAS DO BRASIL. Disponível em: <
<https://terrasindigenas.org.br/>> Acesso em 3 de janeiro de 2018.

TORRES, Rino. **La Producción Social de Vivienda en México. Su Importancia Nacional y su impacto en la Economía de los Hogares Pobres.** Coalición Internacional para el Hábitat, México D.F., 2009.

TROVÃO, José de Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense.** São Luís, IMESC, 2008.

TURNER, J. Dwelling Resources in South America. **Architectural Design**, Londres, n. 8, ago. 1963, p. 359-393.

WANDERLEY, M. N. B. **A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil.** In: Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente. Curitiba: Editora da UFPR, n. 2, p. 29-37, jul/dez, 2000.

WATRIN, V. R. **O Significado da Tradição na Autoconstrução de Moradias.** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2003.

WEIMER, Gunter. **Arquitetura popular brasileira.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Inter-relações afro-brasileiras na arquitetura.** Porto Alegre. EDIPUCRS, 2014.